

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E A QUESTÃO
SOCIOAMBIENTAL EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS NA
AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE DE NOSSA
SENHORA DO LIVRAMENTO NA RDS DO TUPÉ.

Bolsista: ITACIARA PRESTES DA SILVA, CNPq

MANAUS
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATORIO FINAL
PIB-SA/0032/2011
FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E A QUESTÃO
SOCIOAMBIENTAL EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS NA
AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE DE NOSSA
SENHORA DO LIVRAMENTO NA RDS DO TUPÉ.

Bolsista: Itaciara Prestes da Silva, CNPq
Orientador (a): Prof^a. Dra. Débora Cristina Bandeira Rodrigues

MANAUS
2012

**FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E A QUESTÃO
SOCIOAMBIENTAL EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS NA
AMAZÔNIA: ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE DE NOSSA
SENHORA DO LIVRAMENTO NA RDS DO TUPÉ.**

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas, e ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Sociais e Seguridade Social no Amazonas - GEPPSSAM. Parte deste relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos.

Esta pesquisa, financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas, foi desenvolvida por meio do Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Sociais e Seguridade Social no Amazonas-GEPPSSAM.

LISTA DE FIGURA

Figura 01 - REDES do Tupé	50
Figura 02 – Porto da comunidade	53
Figura 03 – Entrada da Comunidade	53
Figura 04 – Casa de alvenaria	56
Figura 05 – Casa de madeira	56
Figura 06 – Esquema da organização sociopolítica da comunidade de Livramento	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Técnicas e Instrumentos de Pesquisa Ação.....	47
Quadro 02- Tipos de organização formal presentes na comunidade	66
Quadro 03- Objetivos da Associação de Moradores da Comunidade de N. Sra. do Livramento	67
Quadro 04- Tipos de organização do trabalho coletivo na comunidade	69
Quadro 05- Conceitos assimilados ao entendimento de Unidade de Conservação.....	79
Quadro 06 – Relação de mudanças nas atividades no âmbito comunitário	81
Quadro 07: Relação de mudanças negativas nas atividades no âmbito comunitário	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Naturalidade dos Informantes.....	57
Tabela 02: Outras profissões exercidas	59
Tabela 03: Profissões.....	60
Tabela 04: Modalidades de torneio	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Faixa etária dos informantes	57
Gráfico 02: Outras atividades econômicas	61
Gráfico 03: Atividades coletivas	69
Gráfico 04: Tempo de moradia na comunidade	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAMDAF	Associação dos canoieiros da Mariana do David a Fátima
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNUMAD	Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente o Desenvolvimento
EUA	Estados Unidos da America
GEPPSSAM	Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Sociais e Seguridade Social na Amazônia
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
SEBRAE	Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário
SEMMAS	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEMUSP	Secretaria Municipal de Limpeza e Serviços Públicos
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UC	Unidade de Conservação
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais

RESUMO

A região Amazônica bem como a sociedade contemporânea vive um paradoxo diante do padrão de desenvolvimento capitalista atual, a qual configura uma crise ambiental e social. Neste sentido, compreender claramente a problemática ambiental requer perceber que esta perpassa vários processos na dinâmica histórica do modo de produção dominante das sociedades ocidentais capitalistas. Assim sendo, a presente pesquisa objetivou analisar as relações socioculturais e políticas da comunidade Nossa Senhora do Livramento como condicionantes das questões socioambientais na contemporaneidade. Para o alcance deste objetivo, foram identificadas as formas de organização sociopolíticas existentes, ao mesmo tempo foi possível caracterizar as relações socioculturais estabelecidas pelos moradores entre si e com a natureza, enquanto condicionantes das questões socioambientais na contemporaneidade. Desse modo, o *locus* da investigação, comunidade de Nossa Senhora do Livramento, localizada na zona rural de Manaus-AM, na margem esquerda do baixo Rio Negro no igarapé do Tarumã-Mirim, na jurisdição da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé/RDS, assume caráter singular, em vários aspectos, mas, sobretudo por se constituir, em sua essência, por populações ribeirinhas, vivendo em agrupamento comunitário ao longo do rio, desenvolvendo na sua organização práticas e técnicas produtivas como o roçado, caça, pesca e artesanato a partir dos conhecimentos herdados e aprimorados ao longo do tempo. O estudo teve como base a pesquisa-ação, uma estratégia de pesquisa agregada a vários métodos e técnicas de pesquisa social, associada a diversas formas de ação coletiva em função da resolução de problemas. Na pesquisa foram utilizadas técnicas de natureza quantitativa e qualitativa com instrumentais técnicos para a coleta de dados, como: levantamento socioeconômico por meio de formulários, entrevistas semiestruturadas, e observação participante. Assim, a pesquisa apresentou como resultados, no que se refere às formas de organização sociopolíticas: a comunidade apresenta duas Associações, um Sindicato de Trabalhadores Rurais e um Grupo de Mães, para além das organizações formais, os membros da comunidade desenvolvem juntos mutirões, festas culturais e religiosas, e práticas esportivas. A pesquisa identificou, ainda, transformações no *modus vivendi* da comunidade, no padrão de vida, organização comunitária, modo de produção e subsistência ocasionada em parte, pela sua proximidade ao centro urbano, pontos turísticos da capital do Amazonas, mas principalmente a partir do estabelecimento da RDS do Tupé, que coloca uma série de restrições quanto ao uso dos recursos naturais, dificultando o desenvolvimento sociocultural e fazendo com que os comunitários necessitem desenvolver novas práticas produtivas para o sustento da família, diferentes das práticas tradicionais herdadas e desenvolvidas pelos moradores mais antigos. A partir dos resultados da pesquisa, identificou-se a necessidade de repensar os meios de participação dos comunitários no processo de construção do Plano de Manejo, para que toda comunidade esteja inserida no processo. Nesse contexto, faz-se urgente a elaboração de políticas socioambientais dentro das Unidades de Conservação na Amazônia, particularmente, na RDS do Tupé - comunidade de N. S. do Livramento, que visem à sustentabilidade da população residente, ao mesmo tempo em que lhes possibilite a permanência em seu território, respeitando o seu modo de vida, suas relações socioculturais e políticas.

Palavras-chave: Organização Sociopolítica, Questão Socioambiental, Unidade de Conservação.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA.....	16
2.1. A crise ambiental e sua configuração no contexto contemporâneo.	16
2.2. Unidade de Conservação: breve contextualização	23
2.3. Movimentos Sociais no Brasil: um resgate do contexto histórico a partir dos anos 90	30
2.3.1. Movimentos Sociais e Organização sociopolítica na Amazônia: uma breve contextualização a partir da década de 90	36
2.5. Comunidades ribeirinhas na Amazônia.	41
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	45
4. RESULTADOS	49
4.1. Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé: caracterização do <i>locus</i> da pesquisa	49
4.1.1. Infraestrutura, e Bens e Serviços Sociais	50
4.1.2. Perfil dos Informantes	55
4.1.3. Caracterização socioeconômica dos informantes	58
4.2. A questão socioambiental e as formas de organização na comunidade ribeirinha de Nossa Senhora do Livramento	62
4.3. Caracterização das relações socioculturais da comunidade de Nossa Senhora do Livramento.....	72
4.4. Análise das formas de organização socioculturais e políticas como condicionantes da questão socioambiental na contemporaneidade na comunidade de Livramento	77
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
6. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	92
7. FONTES E REFERENCIAS	93
APENDICES	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade o cenário das transformações ambientais globais e a relação homem e natureza, vem ganhando centralidade e relevância nos debates acadêmicos e científicos. Desta forma, estudar as questões socioambientais está diretamente ligado ao contexto da racionalidade capitalista em razão da acelerada expansão das relações capitalistas de produção no campo na década de 60 e 70, no Brasil. Essa conjuntura rural brasileira traz para discussão a questão da organização sociopolítica e cultural das populações rurais, neste caso especificamente das comunidades ribeirinhas da Amazônia.

A visibilidade do debate sobre as questões socioambientais é marcado a partir da década de 60, no entanto teve momento de maior visibilidade, construindo-se como marco histórico nesta discussão com a da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), que ficou conhecida como Rio 92 por meio dos conceitos de desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, se encontra a discussão sobre a criação de Unidades de Conservação, sendo intensificados os debates, sobretudo no final do século XX e início do século XXI. Importa salientar que essa discussão não se esgota no âmbito das questões socioambientais verificando-se assim, a importância dos estudos realizados junto às populações que residem nas referidas áreas.

Diante de várias discussões, a partir de 1962 passou-se a discutir também a relação das populações tradicionais em unidades de conservação, e tiveram avanços no entendimento que a diversidade biológica e a cultural devem ser igualmente protegidas. (DIEGUES, 2004)

A expansão na criação de Parques Nacionais no Brasil foi bastante lenta, e somente com expansão de novas fronteiras agrícolas pelo país que chegou até a Amazônia as ideias de

criação de unidades de conservação, e em 1974 foi criado o Parque Nacional da Amazônia, em Itaituba. (DIEGUES, 2004)

Diante deste contexto se identifica a necessidade de estudos sobre a temática no contexto Amazônico, considerando suas particularidades e a existência de diferentes formas de organização sociopolíticas desenvolvidas no âmbito comunitário, as quais são fundamentais para sua reprodução sociocultural presentes em grupos sociais como populações indígenas, caboclas, ribeirinhas, migrantes, entre outras, (Chaves, 2001).

Assim sendo, entende-se que as comunidades ribeirinhas são de fundamental importância na conservação da natureza na discussão que envolve a relação homem/natureza, e conseqüentemente as UC's. Desta forma considera-se importante dentro da Política Ambiental e na legislação brasileira a garantia de criação destas unidades de uso sustentável, na qual se encontra a Reserva do Tupé, por reconhecer as particularidades do contexto amazônico.

O trabalho caracteriza-se como um estudo de caso realizado na comunidade de Nossa Senhora do Livramento, a qual faz parte da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé. Desta forma, se propôs a analisar as relações socioculturais e políticas da comunidade como condicionantes das questões socioambientais na contemporaneidade, por meio de identificar as formas de organização sociopolíticas da comunidade na contemporaneidade; caracterizar as formas de relações socioculturais desenvolvidas; e refletir as formas de organização sociocultural e política como condicionantes das questões socioambientais na contemporaneidade.

O interesse em estudar essa temática justifica-se pelas novas demandas postas na contemporaneidade para o serviço social, qual seja o das questões socioambientais, bem como pela participação da bolsista no Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Sociais e Seguridade Social no Amazonas-GEPPSSAM, que vem desenvolvendo pesquisas pelo Estado do

Amazonas voltadas a área de políticas sociais e seguridade social desde 2002, contudo, entendendo a dinâmica do contexto amazônico, vem dedicando-se dentre suas linhas de pesquisa, Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, a tratar temáticas voltadas à questão socioambiental e as formas organizacionais das populações.

Quanto ao caminho metodológico utilizado, a pesquisa utilizou técnicas de pesquisas de natureza quantitativas e qualitativas, por entender que ambas as técnicas e instrumentos para a obtenção de dados no âmbito do entendimento da realidade social se complementam (MINAYO, 2004).

O estudo teve como base a pesquisa-ação¹, que é a associação de técnicas de pesquisas a ações coletivas para orientação de formas de solução de problemas da realidade apresentada pelos sujeitos. (THIOLLENT, 2007)

Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados instrumentais técnicos para a coleta de dados, tais como: levantamento socioeconômico por meio de formulários, entrevistas semiestruturada, técnicas de abordagem de grupo e observação participante.

Assim sendo, o estudo contribuiu em que pese seus limites, quanto a sua relevância acadêmico-científica, no avanço de estudos sobre a temática. No que diz respeito as sua relevância social, forneceu informações qualificadas no que se refere à construção de políticas que promovam a cidadania dos grupos sociais da comunidade Nossa Senhora de Livramento, e, no avanço dos debates sobre as temáticas abordadas.

Neste relatório buscar-se-á apresentar o resultado final da pesquisa dentro do cronograma proposto. O trabalho está dividido em quatro partes para um melhor entendimento. Na primeira parte apresenta a fundamentação teórica em que consta a revisão bibliográfica. A segunda parte do trabalho constitui-se na descrição metodológica. A terceira

¹ A pesquisa foi desenvolvida simultaneamente ao desenvolvimento do Projeto de extensão “Oficinas sócio-educativas na RDS do Tupé: construindo as bases para o Plano de Manejo nas comunidades de Livramento, Agrovila e Julião”, no Programa Atividade Curricular de Extensão - PACE

parte é a apresentação, análise e interpretação dos resultados da pesquisa, e por fim, a quarta parte deste trabalho com as considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A crise ambiental e sua configuração no contexto contemporâneo

A questão ambiental tem se evidenciado nos últimos anos, acontecendo conforme o designo do capital e eminente da ação do homem por meio do consumo dos recursos naturais. É no contexto do capitalismo do século XX e XXI, marcado por grandes acumulações financeiras, que a crise ambiental torna-se evidente a partir da década de 60. De modo geral, de acordo Leff (2007) e Silva (2010), com as evidências deste processo se dá no carecimento dos recursos não renováveis, no aquecimento global, na produção e consumo de produtos descartáveis, desigualdades entre classes, populações e grupos sociais, sem que haja um planejamento do uso da natureza, apresentando uma contradição entre a necessidade de expansão da produção e as condições do planeta para prover esse desenvolvimento.

Assim, considerando o contexto das últimas décadas do século XX, também podemos evidenciar tal problemática conforme Leff (2007, p. 61) como uma “*crise de civilização*” que questiona a racionalidade econômica e tecnológica dominante.

É necessário compreender que diferentemente da sociedade que antecedeu a do capital em que estabeleceu uma relação de domínio da terra por meio do trabalho, sem o objetivo de obtenção de valor, a atual vem desenvolvendo-se dentro do processo histórico em que o trabalho se dá como mediação fundante da relação do homem com a natureza que juntamente com o meio, objetos de trabalho formam um conjunto para a produção de bens visando o lucro. Desta forma, vive-se um paradoxo, com avanços tecnológicos e científicos

que sustentam em sua maioria a política macroeconômica, assim como há um aumento no uso dos recursos naturais, questão fundamental dos problemas ambientais.

A problemática ambiental generalizou-se, induzindo a uma série de efeitos no avanço e orientação de um conjunto de disciplinas para solucioná-la. Daí a importância de analisar os efeitos da emergência da questão ambiental sobre a produção de conhecimento e o processo de internalização do *saber científico ambiental emergente* dentro de diferentes paradigmas científicos, bem como de elaborar bases conceituais que permitam pensar a articulação de processos socioambientais para construir outra racionalidade produtiva. (ibidem, p. 64)

A discussão em torno da “questão ambiental”² apresenta certa complexidade, assim como não possui um consenso teórico, político e epistemológico. Para os que seguem a ideologia dos movimentos ecológicos possui caráter *catastrofista*, em que compromete as múltiplas formas de vida no planeta com o resultado da ação humana. O campo marxiano, por sua vez, trata como “crise ecológica” entendendo que a crise existente não é no ambiente natural, mas o sistema do capital, e isso refletem sobre os trabalhadores e na natureza com a crescente dinâmica predatória. (SILVA, 2010).

Assim, os marxistas analisam a “questão ambiental” apreendendo sobre o prisma do materialismo histórico e dialético e para esse entendimento é preciso um estudo dos processos históricos e econômicos que integram o todo social, e a reprodução das expressões da questão social, ao mesmo tempo em que acontece a reprodução do capital, assim também dar visibilidade a emergência da “questão ambiental”.

Para além das diversidades teóricas e políticas sobre o assunto, considera-se a dimensão apresentada por Leff (2007), a qual para compreender a problemática ambiental requer ter o entendimento que esta perpassa os processos ecológicos, históricos, sociais, econômicos, tecnológicos e culturais, e desta forma sua dinâmica histórica processual, uma

² Deve-se ressaltar que assim como conceitualmente é inexistente o consenso sobre a “questão ambiental” devido diversas fontes interpretativas, assim também, quanto ao termo, sendo também conhecida na literatura como “crise ecológica”, “crise ambiental”, “questão ambiental”, “questão ecológica”, “campo ambiental”. (SILVA 2010; LEFF 2007)

vez que sua gênese é marcada pela expansão do modo de produção capitalista, sua acumulação, reprodução e a exploração dos recursos naturais (LEFF, 2007, p. 62)

A partir desta perspectiva de análise, na ótica de alguns autores (Netto, 2001; Iamamoto, 2009 e Ianni, 1992), pode-se afirmar que a questão ambiental é inteiramente ligada à questão social, e para uma melhor compreensão dessa relação, concordam ao tratar a “questão social” dentro de um contexto determinado pela relação - capital/trabalho/exploração - para o acúmulo de riquezas, e em sua constituição reuni um conjunto das expressões das desigualdades sociais, presentes no desenvolvimento da sociedade capitalista madura em que conforme a época e o lugar mesclam aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos.

No cenário atual, a questão social apresenta-se nas mais variadas expressões cotidianas³, de tal modo, que a questão socioambiental pode ser configurada como uma destas expressões. Dessa forma, “a questão ambiental é uma problemática de caráter eminentemente social: esta foi gerada e está atravessada por um conjunto de processos sociais” (Leff, 2007, p. 111). É nesse contexto de introdução da dimensão social, no âmbito das discussões que se apresenta a questão socioambiental.

Nesta perspectiva, autores como Leff (2007; 2001) e Chaves (2006) afirmam que essa problemática ambiental promove o agravamento das desigualdades entre regiões, países e grupos sociais, tendo em vista que estão inteiramente ligadas as questões sociais desafiando a construção de soluções globais e locais urgentes.

Para tanto, o século XX foi marcado por essa intensa discussão em torno do assunto para busca de alternativas para tal problemática, à medida que foi sendo alcançado espaço nas

³ Iamamoto (2009) fala sobre o cenário em que se insere o serviço social e a necessidade do profissional em entender as várias expressões que assume as desigualdades sociais na atualidade como objeto de trabalho do assistente social.

agendas públicas em todo o mundo. Nos países subdesenvolvidos essa visibilidade ganhou ênfase nas décadas de 70 e 80.

Diegues (2004) destaca que essa discussão já era realizada internacionalmente por meio do pensamento de Gifford Pinchot, em que na concepção deste “[...] a conservação deveria basear-se em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a preservação de desperdícios; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos [...]” (p.29). Essa ideia foi precursora do que na década de 70 foi conhecido como “ecodesenvolvimento”, e em seguida “desenvolvimento sustentável”.

A partir de então segundo Godard (1997) muitos debates vem sendo desenvolvidos em torno das temáticas sobre a proteção da natureza e o desenvolvimento econômico e social. Os primeiros foram produzidos pelo Clube de Roma, em 1972, conhecido mundialmente como *Os limites do crescimento*, este relatório abordava os problemas ligados ao crescimento econômico e populacional, tendo em vista o meio ambiente e sustentabilidade do planeta (Leff, 2010). Em 1972 aconteceu a Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Estocolmo, 1972), por conta do aumento da degradação ambiental, em que resultou no entendimento de que se tratava de uma problemática tanto local quanto global. Em 1980, a *União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN)* rompeu com o ponto de vista limitado de proteção a natureza, avançando para o reconhecimento as aspirações das populações quanto ao desenvolvimento econômico. Neste sentido, em 1983 ocorreu a Assembleia Geral das Nações Unidas, onde foi criada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento que resultou em 1987 “Relatórios de Brundtland”. E em 1992 a Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, no Rio de Janeiro - Rio 92 – que teve por objetivo “a estabilização das concentrações atmosféricas de gás com efeito estufa em um nível que poderia prever qualquer interferência perigosa no

sistema climático”, se constituindo em um marco histórico nas discussões ambientais no século XX .

É importante destacar que, a discussão sobre o desenvolvimento sustentável não se iniciou no Relatório de Brundtland, no entanto, este teve relevante contribuição em torno da discussão, tendo em vista que procurou contemplar as diferentes correntes entorno do assunto disseminando a concepção de que o “[...] desenvolvimento sustentável é o que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas próprias necessidades [...]”. (GODARD, 1997, p. 113)

Esta expressão ganha ênfase na contemporaneidade nos debates em âmbito social e acadêmico, contudo Godard (1997, p. 107) ressalta que é uma expressão que tem persistido por mais de 20 anos, sendo “tão ambígua quanto usual”. Essa ideia de desenvolvimento sustentável ainda é incerta e pode ser interpretada de várias maneiras, visto que se encontra no “[...] no cruzamento de várias tradições intelectuais” e [...] principalmente para “a conciliação entre desenvolvimento econômico e proteção ao meio ambiente do planeta longo prazo”. (ibidem, p. 109)

Neste sentido, para fins de embasamento teórico, neste trabalho adotamos a concepção de desenvolvimento sustentável desenvolvida por Sanchs apud Chaves et all. (2006) em que,

O conceito de desenvolvimento sustentável... É um enfoque de desenvolvimento sócio-econômico orientado para: a satisfação de necessidades básicas; o reconhecimento do papel fundamental que a autonomia cultural desempenha nesse processo de mudanças; oferecer um conjunto de critérios para avaliar a pertinência mais específicas. (p. 100)

E ainda, essa abordagem de desenvolvimento teriam suas bases fundamentadas no “[...] atendimento às necessidades fundamentais (habitação, alimentação, meios energéticos de preparação de alimentos, água, condições sanitárias, educação, saúde e participação nas

decisões) das populações menos favorecidas, prioritariamente nos países em desenvolvimento atendendo as especificações de cada modo de vida às potencialidades e dificuldades específicas de cada *ecozona*, na valorização dos resíduos e na organização de sistemas cíclicos de produção, sistematizando os ciclos ecológicos”. (GODARD, 1997, p. 111)

Na leitura de Sachs (2002) apud Chaves (2006), o desenvolvimento sustentável deve considerar um conjunto de fatores interligados entre se, destacando:

- a) “Sustentabilidade social”: deve ter como base o crescimento estável, com distribuição equitativa de renda, garantindo o direito de melhoria de vida das grandes massas da população.
- b) “Sustentabilidade econômica”: possível a partir de um fluxo constante de inversões públicas e privadas, além do manejo e alocação eficiente dos recursos naturais.
- c) “Sustentabilidade ecológica”: utilização dos recursos naturais disponíveis no planeta terra, com menor impacto ao meio ambiente, a necessidade de redução do volume de substâncias poluentes, a partir da adoção de políticas de conservação da energia e dos recursos, entre outras medidas.
- d) “Sustentabilidade geográfica”: uma vez que a maioria dos problemas ambientais tem sua origem na distribuição espacial desequilibrada dos assentamentos humanos e das atividades econômicas revelam a necessidade de se buscar uma nova configuração para questão rural-urbano de forma mais equilibrada.
- e) “Sustentabilidade cultural”: esta se apresenta de forma mais complexa para efetivação, uma vez que exigida pensar o processo de moderação de forma sintonizada com a questão cultural vivida em cada contexto específico. Deste princípio, emerge a hipótese de um acesso a modernidade a partir de múltiplas vias de acesso, onde segundo Touraine (1988), “além da necessidade de se traduzi o conceito normativo de

desenvolvimento sustentável numa pluralidade de soluções locais, adaptados a cada ecossistema, a cada cultura e, inclusive, soluções sistêmicas de âmbito local, utilizando-se o ecossistema como um paradigma dos sistemas de produção elaborado pelo homem”.

Nesta linha de análise, a presente proposta de desenvolvimento sustentável abrangendo essas dimensões, tem buscado uma integração entre estes vários fatores. De acordo com Chaves (2006) coloca em evidência um processo de construção no qual diferentes correntes de pensamento do conhecimento científico são chamadas para discutir e constituir critérios que orientem as ações de desenvolvimento social e econômico numa perspectiva de simbiose com a natureza.

Nesta perspectiva, Chaves (2006) e Silva (2011) apontam a necessidade de interação entre conhecimento tradicional e ciência moderna, dando o devido reconhecimento para o planejamento, proteção e monitoramento das áreas protegidas de forma articulada.

Portanto, Cavalcanti (1997, p. 17) assinala que a “sustentabilidade propõe a celebração da unidade homem/natureza”, e Leff (2007) completa considerando que “a diversidade cultural e ecológica das nações “subdesenvolvidas” abrem perspectivas mais complexas de análise das relações sociedade-natureza” e assim é necessário pensar políticas que integrem os “processos ecológicos, tecnológicos e culturais que determinam o manejo integrado e sustentável de seus recursos” (p. 65).

É a partir desse contexto que se constitui de grande relevância a discussão quanto ao estabelecimento de Unidades de Conservação em comunidades ribeirinhas na Amazônia, enquanto uma política ambiental de enfrentamento do processo de degradação da natureza conforme abordado item a seguir.

2.2. Unidade de Conservação: breve contextualização

A discussão em torno da relação homem natureza, tendo em vista o aumento da degradação do ambiente nas sociedades capitalistas, traz na contemporaneidade o desenvolvimento de debates sobre as questões socioambientais e a necessidade de políticas para integrar o uso sustentável dos recursos naturais. Assim, a partir de meados do século XIX, verificou-se a necessidade de conter a perda de áreas naturais em todo o mundo, sobretudo em países tropicais, ricos em biodiversidade, sendo criado um modelo de áreas naturais protegidas, as unidades de conservação para conter tal problemática. (SILVA, 2010; LEFF 2007)

O processo histórico de estabelecimento dessas áreas constituiu-se de acordo com Diegues (2004) e Brito (2000), ao final do século XIX, nos Estados Unidos sobre o prisma de uma política conservacionista, e posteriormente para os países de Terceiro Mundo. Foi neste sentido, que empregou efetivamente o conceito de parque nacional como área natural, selvagem, por causa do extermínio das populações indígenas em toda a extensão das fronteiras dos EUA. Assim, constituiu-se a concepção de áreas naturais protegidas como fins de proteção a vida selvagem (*wilderness*), em que no interior das mesmas não poderia haver a presença de populações humanas.

Os estudos de Diegues (2004), sobre esta temática apontam um marco fundamental no avanço da Revolução Industrial, o qual passou a criar a ideia de que a vida em meio à civilização urbano-industrial era principal causadora de vários tipos de doenças, entre elas o estresse, passando a preconizar a criação de “ilhas” de conservação ambiental, primeiramente para a contemplação da natureza sendo uma perspectiva de “jardim do Edem” com a finalidade de aliviar a tensão das pessoas, e posteriormente áreas naturais voltadas para proteção da vida selvagem não transformada (*wilderness*), sem a presença humana.

Nesse processo, o referido autor destaca que o primeiro parque a ser criado foi o Parque Nacional de Yellowstone nos EUA em 1872, inspirado em uma política preservacionista⁴, e assim até o final do século XIX, praticamente quase todo o território norte americano era formador de áreas protegidas.

Segundo Rodman apud Diegues (2004), muitos parques a partir de então foram criados em todo o mundo com uma visão antropocêntrica de valorização da beleza estética em benefício das populações urbanas, assim, os parques deveriam ser áreas extensas e delimitadas com áreas naturais portadoras de extraordinária beleza para servir de atração e visitação da população. Brito (2000), acrescenta que essas áreas naturais deveriam ser abstraídas da presença ou atuação humana, e que permaneceria tal como foi originalmente criado pela "ação divina".

Esse modelo preservacionista espalhou-se rapidamente, seu grande impulso foi nas décadas de 70 e 80 em todo o mundo. No entanto, essa transposição do modelo norte americano em países considerados de terceiro mundo, com áreas naturais tropicais, teve problema, visto que grande parte das florestas era habitada por populações tradicionais.

Conforme Diegues (2004), tal contexto de expansão, na década de 70, com a visão de “mundo natural intocado” foi sendo transformada colocando em evidência a ideia de conservação que consiste em conservar a natureza ao mesmo em que mantêm as populações na mesma área. Esta corrente também é precursora do que hoje se chama de “desenvolvimento sustentável” que consiste no uso dos recursos naturais pelas gerações presentes assegurando a produção sustentável. (DIEGUES, 2004)

⁴ A essência da corrente preservacionista é a reverência à natureza no sentido estético e espiritual da vida selvagem. Ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano. (DIEGUES, 2004)

Dessa forma, além da criação de parques preservacionista, cujo objetivo central era preservar uma área “natural” contra os avanços da sociedade urbano-industrial, a percepção conservacionista passou a existir nos EUA para os modelos de áreas protegidas, existindo duas correntes teóricas:

Conservacionismo: Na sua concepção, a natureza é frequentemente lenta e os processos de manejo podem torná-la eficiente; acreditava que a conservação deveria basear-se em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos.

Preservacionismo: Se a essência da "conservação dos recursos" é o uso adequado e criterioso dos recursos naturais, a essência da corrente oposta, a preservacionista, pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*). Ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano. (DIEGUES, 2004, p. 27-28)

Essa mudança no conceito de áreas protegidas para conservação, conforme Brito (2000) ocorreu visto que o termo conservação, conceitualmente, caracteriza como um processo dinâmico, revisto e atualizado sistematicamente, que depende de uma base consistente de informações e de esforço organizado de análise que deve envolver os princípios básicos da biologia da conservação que consistem no processo de evolução biológica, o caráter dinâmico e não equilibrado do processo ecológico e a consideração do homem no planejamento da conservação.

Ainda para o referido autor, as principais críticas ao modelo áreas protegidas adotadas pelos países em desenvolvimento vieram daqueles que defendem a ecologia social e, mais recentemente, pelos que atuam nas áreas das ciências sociais, ou seja, daqueles que lutam pelos direitos das populações tradicionais a terem acesso a terra e recursos naturais e principalmente pelo direito de manterem suas identidades socioculturais e políticas. Dessa forma, a criação de reservas de proteção integral e intocável em territórios tradicionais de vivências das populações humanas, significa para essas populações a negação do direito de

viverem onde seus antepassados viveram e lhes deixaram como herança, bem como de usufruir de seus conhecimentos e sua cultura.

Os estudos de Diegues (2004) e Chaves (2001) verificou que essa perspectiva de preservação ainda é utilizada por documentos e instituições que conceituam unidade de conservação e/ou áreas naturais protegidas. No âmbito geral, expressam o entendimento de áreas ou espaços protegidos para a preservação da natureza e não conservação.

Contudo, de acordo com a lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000 que regulamenta o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC no inciso I define por unidade de conservação o:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (LEI N° 9.985, art. 225, § 1º, inciso I)

Para a *União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN)* é atribuída à definição enquanto “[...] uma superfície de terra ou mar consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e dos recursos culturais associados, e manejadas através de meios jurídicos e outros eficazes [...]” (UICN, 1994, p. 185 apud BRITO, 2000, p. 19). Importa salientar que este conceito considera os recursos culturais associados, ou seja, reconhecimento da existência e permanência de populações tradicionais nas áreas.

Também Medeiros (2006) contribui para discussão acrescentando que a criação das UC's podem ser consideradas importante estratégia de controle do território já que estabelece limites e dinâmicas de uso e ocupação específica, mas elas se aplicam frequentemente em razão da valorização dos recursos naturais, a necessidade de resguardar biomas, ecossistemas e espécies raras ou ameaçadas de extinção, bem como a população local.

Uma ampla discussão envolve essa relação homem/natureza, e conseqüentemente as UC's, em que, diversos segmentos sociais diante destes conceitos defendem diferentes visões no que se refere à proteção de áreas naturais. Para Medeiros (2006) a realidade encontrada nos países de Terceiro Mundo levou-os a fazer uma avaliação a respeito do assunto e ao modelo utilizado, concluindo positivamente sobre a importância de populações tradicionais viverem nessas localidades. Conforme essa análise passou-se a obter novos conceitos, entre eles o de áreas protegidas como espaços territorialmente demarcados cuja principal função é a conservação e/ou a preservação de recursos, naturais e/ou culturais, a elas associados, conforme o conceito apresentado anteriormente pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN).

No contexto brasileiro, as unidades de conservação foram implementadas a partir dos anos 30, sendo uma transposição do modelo norte americano preservacionista, de espaços vazios que não permitem presença de moradores. Embora, desde o início exista conflitos com a realidade local, essa discussão se intensifica, sobretudo no final do século XX e início do século XXI com a emergência das questões ambientais. (DIEGUES, 2004)

Com base neste entendimento, Leff (2001, p.17) afirmar que a partir da “[...] crise ecológica foi sendo configurado um conceito de ambiente como uma nova visão de desenvolvimento humano, que reintegra os valores e potenciais da natureza, as extremidades sociais, os valores, os saberes subjugados [...]” é a partir desta perspectiva que o discurso de desenvolvimento sustentável foi sendo legitimado e difundido, cujo marco histórico é da Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Rio 92.

Ao considerar o processo histórico de constituição e discussão das questões ambientais no Brasil, e tendo em vista que o modelo de área protegida adotado apresenta

princípios preservacionistas, pesquisas apontam que existem populações cuja ação é benéfica para a conservação do meio ambiente.

Conforme Brito (2000) e Diegues (2004) o estabelecimento das unidades de conservação no Brasil teve grande aumento entre a década de 70 e 80, sob iniciativa e incentivo do governo federal. Em seguida os governos estaduais também deram incentivos, mas deve-se ressaltar, de acordo com Brito (2000), que muitas unidades de conservação brasileiras não passam de “ficções jurídicas”, ou seja, unidades que nunca saíram do papel.

O autor ainda ressalta que em 1979, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) criou o Plano de Sistema de Unidades de Conservação, com o objetivo de estudar as áreas propostas para a criação de novas unidades, rever as categorias de manejo e criar diferentes tipos de UC. Isso foi um grande impulso para criação de novas unidades, principalmente na Amazônia, porém, esse período ordenado sob o regime militar que imprimiu um caráter autoritário, com a criação sem consulta prévia à sociedade e as populações das regiões envolvidas mudando o seu modo de vida de maneira drástica.

Diegues (2004) destaca que em 1992, uma nova proposta foi enviada ao Congresso Nacional para estruturar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que só foi regulamentada em 18 de julho de 2000, o qual define as diretrizes para que seja orientada uma UC. No entanto, muitas críticas como a do autor ainda prevalecem, afirmando que o sistema possui uma visão conservadora no que diz respeito à questão ambiental no país, pois veicula um discurso de desenvolvimento regional inócuo, sem objetivos concretos a proteção da diversidade cultural das populações, além de defender à manutenção dessas unidades por uma visão tecnocrática e autoritária.

No que tange a este debate, o Estado do Amazonas possui uma política específica que regulamenta suas unidades de conservação. Esta foi instituída pela Lei Complementar nº

53, de 05 de junho de 2007. O SEUC (2007) fundamenta-se no SNUC (2000) e com isso valoriza seus principais objetivos que visam:

I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos do Estado do Amazonas, considerados o seu território e as suas águas jurisdicionais;

II - proteger e evitar ameaças às espécies endêmicas, raras ou ameaçadas de extinção, nos âmbitos regional e estadual;

III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;

IV - promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações locais, regionais e globais, especialmente das comunidades tradicionais;

V - promover a adoção dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;

VI - proteger paisagens naturais notáveis e pouco alteradas;

VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e histórico-cultural;

VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;

IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;

X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;

XI - valorizar, econômica e socialmente, os serviços ambientais, os produtos florestais, produtos ambientais, produtos da fauna, em especial a biodiversidade, a manutenção dos processos hidrológicos, o sequestro e o armazenamento de carbono;

XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo sustentável;

XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de comunidades tradicionais, respeitando e valorizando seu etnoconhecimento e sua cultura e promovendo-as, social e economicamente. (LEI Nº 9.985, art. 4º)

O contexto amazônico tem um papel particularmente importante para a conservação da natureza no cenário brasileiro devido ser a maior floresta tropical úmida em extensão. Arruda (1997) ressalta que as populações tradicionais são de fundamental importância na conservação da natureza devido a sua relação de interação, via saberes e habilidades, no manejo dos recursos naturais de fauna e flora. Elas adotam um modo de conservação da floresta contribuindo para a diversidade biológica, em outras palavras, a floresta “primária” tal como se conhece na atualidade co-evoluiu juntamente com as sociedades humanas e sua distribuição pelo planeta, como resultante de processos antrópicos característicos dos sistemas

tradicionais de manejo. Deste modo, a criação de UC's na Amazônia, em que existe uma grande diversidade cultural que é expressa através de identidades sociais particulares, requer um estudo específico da área, para que entre os vários modelos de UC's existentes possa ser escolhido o mais compatível com o *in situ*.

O SNUC (2000) e o SEUC/AM (2007) no que se refere às categorias de unidade de conservação podem ser subdivididas em dois grupos com características específicas:

1) *Unidades de Proteção Integral* - o objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação: as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Parques Nacionais, os Monumentos Naturais, e os Refúgios de Vida Silvestre.

2) *Unidades de Uso Sustentável*: o objetivo básico é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, constituem o grupo: as Áreas de Proteção Ambiental, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico, as Florestas Nacionais, as Reservas Extrativistas, as Reservas de Faunas, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, as Reservas Particular do Patrimônio Natural.

No intuito de trabalhar a organização sociopolítica dentro da questão ambiental é necessário fazer um resgate histórico dos movimentos sociais no contexto brasileiro.

2.3. Movimentos Sociais no Brasil: um resgate do contexto histórico a partir dos anos 90.

Os movimentos sociais surgem historicamente ligados às lutas de classes em sua contradição capital/trabalho. De acordo com Scherer-Warren (1989) o termo “movimentos sociais” surgiu a partir de 1840 com uma necessidade de denominar os movimentos do proletariado francês, comunismo e socialismo que estavam emergindo. Desta forma, a

sociologia estabeleceu critérios para denominar os movimentos sociais sendo entendido como: “[...] um grupo mais ou menos organizado, sob uma liderança determinada ou não; possuindo um programa, objetivos ou plano comum; baseando-se numa mesma doutrina, princípios valorativos ou ideologia; visando um fim específico ou uma mudança social [...].” (p.12).

Para tanto a referida autora propõe apreender os movimentos sociais a partir da perspectiva posta por Marx, o qual considera fundamental compreender a práxis, projeto, ideologia, direção e organização de um movimento social, sejam: a) Práxis: toda ação para transformação do social, desde que esta ação contenha certo grau de consciência crítica; b) Projeto: uma utopia de transformação seja o desejo e intento de superação da situação presente ou pode se referir à busca da realização de objetivos mais imediatistas do grupo, presente em seu cotidiano; c) Ideologia: os princípios valorativos, as manifestações culturais e as representações de caráter classista que orientam a práxis do grupo e a elaboração de seu projeto; d) Direção e Organização: um conjunto sintético na configuração da práxis social, ou seja, do movimento propriamente dito. (SCHERER-WARREN, 1989)

Nesse processo histórico, a década de 70 e 80, foi o momento auge das grandes reivindicações e conquistas de direitos sociais no Brasil, tinham como cenário mundial o desenvolvimento explorador e espoliativo do capitalismo, comprometendo as relações sociais e a dignidade humana. Desta forma, ao mesmo tempo em que proporcionava ao país o seu desenvolvimento tecnológico, concomitantemente, ocasionava a desigualdade social, a miséria, tudo isto na busca de lucros pelos empresários. Este momento foi propício para criar um novo ator histórico enquanto agente de mobilização e pressão por mudanças sociais: os movimentos sociais. (GOHN, 1999, 2007)

Conforme GOHN (1999), os anos 80 foram bastante significativo para o país no sentido de conquista, identificando o homem como cidadão participante de uma comunidade de interesses solidários, e nas últimas duas décadas foi o principal promotor das grandes mobilizações. Esses movimentos sociais, particularmente os de caráter populistas, orientaram alguns avanços democráticos reorientando as relações sociais tecnocráticas e autoridades para formas menos coercitivas.

O contexto mundial dos anos 90 encontrava-se otimista com o neoliberalismo, o Primeiro Mundo experimentou crescimento econômico estável durante toda a década, contudo a conjuntura brasileira apresentava instabilidade, uma vez que o período foi representado por um estreitamento da agenda pública, e sua adequação ao Consenso de Washington. Em seguida, o país conheceu estabilidade econômica e crescimento com o Plano Real. Assim, como se consolidava a política do Estado Mínimo. Neste sentido, à medida que o capitalismo se consolida, as lutas sociais vão deixando de ser apenas por subsistência e surgem concepções alternativas dos direitos. (GOHN 1999; DINIZ, 1997)

No entanto, a década de 90 delineou um novo cenário sociopolítico, os movimentos sociais populares tiveram diminuição quanto a sua intensidade, vista principalmente no declínio, uma crise, que entre as principais causas foi à fase da privacidade, do individualismo acompanhada das adequações do país a agenda macroeconômica. Esta crise foi instalada em certos ramos dos movimentos, mais precisamente nos de ordem popular. (GOHN, 1999, 2007)

Todo o contexto de transformação do cenário político, econômico e cultural brasileiro, propiciou o que foi denominado de “novos movimentos sociais” por possuírem características distintas do passado, e que atuam principalmente no equilíbrio de forças entre o

Estado, contudo esses grupos organizados possuem um numero bastante reduzido de participantes, mas qualitativamente é importante, pois promovem focos de transformações.

“Os movimentos sociais não podem ser pensados, apenas, como meros resultados da luta por melhores condições de vida, produzidos pela necessidade de aumentar o consumo coletivo de bens e serviços. Os movimentos sociais devem ser vistos, também (e neles, é claro, os seus agentes), como produtores da História, como forças instituintes que, além de questionar o estado autoritário e capitalista, questionam sua prática, a própria centralização/burocratização tão presentes nos partidos políticos”. (REZENDE, 1985, p.13 *apud* SCHERER-WARREN 1993, p.51)

De acordo com a referida autora esses Novos Movimentos Sociais apresentam-se na realidade de forma fragmentada, ou seja, em diversos pequenos grupos sociais, e uma característica entre a maioria é a ideologia que advogam o respeito ao pluralismo cultura e a diversidade.

Com a perspectiva de crise e a emergência de novos enfoques para os movimentos sociais nos anos 90, houve a necessidade de entender as novas organizações da sociedade civil a partir de uma metodologia que entenda o movimento enquanto processo de ação política, práticas sociais e ainda, reconheça a prática de políticas articulatórias das ações localizadas de redes de movimento, uma abordagem de articulação das organizações sociais específicas em redes. (ibidem)

Neste sentido, Gohn (2007) afirma que muitos movimentos anteriores se transformaram em redes de atores sociais organizados, ou se fundiram com ONGs ou até se rearticularam com novas formas de associativismo que surgiram nos anos 90. Assim, destaca que movimentos sociais são,

[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilização, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios a ordem constituída, atos de desobediência civil e negociação etc.), até as pressões indiretas. (p.13)

Estes novos movimentos sociais desenvolvem ações que lhes caracterizam principalmente pelas suas dimensões da identidade e as condições socioeconômicas, desta

maneira nem sempre tem um objetivo revolucionário de superação a ordem, mas de acesso a bens e serviços, ou seja, não buscam a construção de sociedade baseada na organização coletiva e na direção não-capitalista. (MONTAÑO, 2011; SCHERER-WARREN 1993)

Para Tourane *apud* Montaña (2011) esses novos movimentos não se fundamentam prioritariamente na luta capital/trabalho, como no século XIX, assim também como não passam pela organização em sindicatos ou partidos, apresentando na contemporaneidade outras formas de organização com ações sociais em defesa da coletividade que promovem mudanças no desenvolvimento histórico.

Dessa forma, a partir dos anos 90 houve o surgimento de novas formas de organização popular entre as quais os fóruns de participação popular. Outro momento importante foi à criação da Central de Movimentos Populares que estruturou vários movimentos populares e não populares nacionalmente. O associativismo predominante neste momento, não é derivado da mobilização da massa popular, mas sim, de mobilizações pontuais, da organização fragmentada de certos setores em prol de uma coletividade. Esse novo associativismo é mais estratégico, propositivo, operativo e menos reivindicativo se fundamentando na Participação Cidadã. (GOHN, 2007, p. 20)

Na análise de Bindá (2003) esse “novo” olhar sob os movimentos sociais, evidenciando novos sujeitos, novas relações, pratica sociais e novos espaços de lutas desenvolvendo uma capacidade de reconstrução de tradicionais movimentos sociais trazendo mudanças e transformações nas suas práticas sociopolíticas, com novos processos e espaços participativos.

É nessa conjuntura, frente aos novos movimentos sociais e novas demandas postas para as bases de luta, com mudanças em nível organizacional e valorativo, que as ações políticas dos movimentos sociais do campo ganham visibilidade diante das articulações entre

a organização e mobilização na luta pela preservação do modo de vida das populações camponesas, indígenas, extrativistas e outras, conciliada a luta pela preservação do meio ambiente. (SCHERER-WARREN 1993)

Os movimentos sociais rurais estão diretamente ligados com a questão agrária do país. De acordo com Fernandes (2001), a luta pela terra é uma importante dimensão da questão agrária e a partir desta nascem diversas outras lutas. A década de 90 foi marcada pelas ocupações massivas que contribuíram significativamente para o seu avanço, as quais foram desenvolvidas por meio do processo de espacialização e territorialização dos movimentos sociais no campo.

É importante destacar que a luta pela terra requer pensar um conjunto de políticas para tratar à questão agrária que está relacionada a outros problemas como a propriedade da terra, a concentração da estrutura fundiária, aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; a luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra, à violência externa aos trabalhadores, a produção, abastecimento e segurança alimentar, aos modelos de desenvolvimento agropecuário e seus padrões tecnológicos, as políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e a cidade, a qualidade de vida. (FERNANDES, 2001)

Como uma forma de enfrentamento da questão agrária nos anos 90, o governo implementou o programa “Novo Mundo Rural⁵”, no entanto, o princípio de enfrentamento do capital no movimento de luta pela terra defronta-se com esse programa, pois pretende convencer os pequenos agricultores e os sem-terra a aceitarem a política de integração ao capital (FERNANDES, 2001). O referido autor destaca que esse programa traz em sua

⁵ O Programa Novo Mundo Rural foi uma proposta do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) que tinha como desafio tornar os assentamentos rurais economicamente viáveis. Faz parte da proposta implantar infraestrutura básica, conceder crédito e ensinar técnicas que garantam maior produtividade. Este é o caminho da emancipação da propriedade rural.

perspectiva a desapropriação de terras, deixando o governo suas competências em fazer reforma agrária no país determinada pela Constituição, para enfrentar os trabalhadores com um conjunto de medidas para desmobilizar e enfraquecer os movimentos do campo organizados e impedir a crescente luta pela terra, impondo a reforma agrária um novo paradigma a agricultura familiar, uma forma de integração dos camponeses ao mercado.

Nesse cenário, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST é um dos principais movimentos que se destacam na década de 90 pelas ações de luta contra esse modelo de política rural no Brasil.

Portanto, é neste contexto, de organização da sociedade civil à procura de mudanças por melhores condições de vida, que esta se constitui como sujeito das denominadas organizações sociais (associações, cooperativas e ONG's), fruto dos movimentos sociais. Neste sentido, o presente estudo compreende e ressalta a importância da organização sociopolítica dos setores rurais no processo de luta por mudanças no cenário político nacional, na medida em que se inserem num projeto maior de reivindicação de cidadania. Diante deste cenário, coloca-se em pauta, fazer um breve resgate histórico dos movimentos sociais e a organização sociopolítica na Amazônia no item a seguir.

2.3.1. Organização sociopolítica na Amazônia: uma breve contextualização a partir da década de 90

Na leitura de vários autores (CHAVES, 2001; SCHERER-WARREN, 1993; MARTINS, 1990) o modelo econômico e político brasileiro das décadas de 80 e 90, na sua intervenção junto ao meio ambiente rural, implementaram uma proposta de integração do campo. Este modelo apresentou uma forma de expansão do capitalismo no campo através de

incentivos a *plantations*, a agropecuária e a agroindústria, criando uma classe empresarial rural e, conseqüentemente, uma exclusão populacional com a implantação de grandes projetos, como hidrelétricas, mineração e outras. O destino da região amazônica foi direcionado a partir das políticas de integração da região ao território brasileiro. O objetivo de expansão das relações capitalistas na região esteve presente em todos os ciclos, combinando interesses políticos e econômicos. Esses modelos econômicos se contrapuseram a organização cultural da região gerando conflitos e tensões.

Segundo Chaves (2001), o cenário brasileiro era turbulento até o final da década de 60 com a questão da terra, e a década de 70 foi marcada pela política de colonização da Amazônia como estratégia de regularização da questão fundiária. Este modelo militarista além de favorecer aos grandes proprietários de outras localidades do país, também incentivava a colonização através da política dos “*homens sem terra do Nordeste às terras sem homem da Amazônia*” (p.38), isso fortaleceu os interesses dos mandatários ao mesmo tempo em que desmobilizou os movimentos organizados. Na década de 80, houve o término do modelo nacional-desenvolvimentista que vinha vigorando, assim os movimentos sociais passaram a ser o principal canal de mobilização e reivindicação junto ao Estado mudando o direcionamento da política de assentamento rural. Já década de 90, é descrita pela autora, com uma “nova roupagem” do período de colonização, tendo em vista, que o modelo de estabilização econômico brasileiro implementado apresentou divergência nos seus resultados possibilitando a integração de grandes e médios produtores e excluindo os pequenos produtores familiares.

Este movimento caracterizou a síntese das formas pretéritas e atuais de ocupação dos espaços regionais, cujas relações de produção e de prosperidade específicas instituíram formas de uso dos recursos existentes (terra, flora e fauna), formas de ocupação e domínio exercido sobre a terra, assim como o papel que assume a esfera econômica imprimiu as marcas profundas na vida social. (ibidem, p. 37)

É nesse contexto, no Brasil, que ganham visibilidade os movimentos sociais do campo que, para além da preservação do meio ambiente, lutam pela continuidade dos seus modos de vida; contra a expropriação do próprio habitat, da terra e outros meios de produção; contra a ameaça à identidade cultural e comunitária acompanhada. (SCHERER-WARREN, 1993)

Conforme Diegues (2000) esse novo movimento se diferencia pela sua ligação às questões sociais, que diante da crítica ao modelo econômico altamente concentrado de renda e destruidor da natureza, deu origem as lutas para manter o acesso aos recursos naturais de seus territórios, possibilitando repensar a função dos parques nacionais e reservas para incluir os interesses e modos de vidas de seus moradores tradicionais.

Diante disso, Bindá (2003) afirma que todo esse processo continua nos movimentos sociais rurais na Amazônia, de mobilização e organização possuindo um aspecto particular em sua dinâmica, o objetivo de preservar suas condições sociopolíticas e culturais de existência.

Este aspecto pode ser visualizado no avanço dos movimentos sociais na Amazônia, dentre os quais se destacam na década de 80 e 90: o Grupo de Trabalho da Amazônia – GTA, a estruturação das Reservas Extrativistas – RESEX (seringueiros e castanheiros) a criação e reconhecimentos de uma metodologia própria de Demarcação das Terras Indígenas, a Reforma Aquática (ribeirinhos) o Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica (posseiros e migrantes), o Movimento em Defesa do Desenvolvimento da Região do Tocantins (vários segmentos), a Aliança dos Povos da Floresta (seringueiros, castanheiros, índios) Movimento contra as Barragens (índios, posseiros, ribeirinhos). (CHAVES 2001; BARROSO, 2010)

No entanto, a década de 90 foi marcada pelo momento em que movimentos sociais sofreram desaceleração e desarticulação no plano nacional, se restringindo ao nível local. Mas

também, aconteceram importantes mobilizações pela Reforma Agrária, como em 1993 o “Grito do Campo” e o “Grito da Amazônia”, em 1994 nacionalmente o “Grito da Terra”.

As referidas mobilizações tornaram-se a expressão do fortalecimento da organização política da agricultura familiar por toda a região, e as soluções propostas incidiram na articulação entre âmbito local e regional e na instauração de um novo ciclo de movimentos sociais de pequenos produtores rurais na Amazônia. Com relevância política e social deu-se a gênese e a visibilidade a formas inovadoras de organização. A sustentação dessas formas se deu pela retomada das alianças entre diversos movimentos populares da região. Estes defendiam a concretização das reivindicações por estruturação fundiária a partir de investimentos na infra-estrutura de bens e serviços sociais na região (educação, saúde e energia); o reordenamento das políticas de incentivo fiscais e investimentos aos grandes projetos direcionando-as para os de pequeno porte dos produtores familiares. (CHAVES, 2001, p. 87)

A cerca dos movimentos sociais no meio rural Amazônico, Barroso (2010) destaca que dentre os que se manifestam com maior importância na atualidade são movimento indígena e o movimento dos sindicatos rurais, no qual o movimento dos assentados está vinculado ao movimento dos seringueiros e ao movimento dos ribeirinhos.

Assim, Almeida (apud Barroso 2010) ressalta que as organizações das populações rurais da Amazônia em seus territórios tradicionais são constituídas por uma diversidade de atores sociais, tais como: indígena, quilombolas, ribeirinho, ciganos, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, seringueiros, castanheiros, extrativistas de ouricuri, a luta contra as barragens e comunidades de fundo de pastos e faxinais devem ser consideradas na análise acerca dos movimentos sociais, uma vez que estes buscam o reconhecimento da sua identidade étnico-cultural e o fortalecimento desta identidade.

Um exemplo dessas organizações são os seringalistas pela conquista de RESEX⁶, que nos anos 80 ganharam força e apoio internacional na luta em respeito às populações tradicionais na região e a preservação da natureza, reivindicando condições de continuidade

⁶ De acordo com a Lei 9. 985, de 18 de julho de 2000, no Artigo 18, as Reservas Extrativistas são uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

de suas atividades extrativistas na região. Outro movimento de grande contribuição para Amazônia foi o dos ribeirinhos na luta pela preservação dos rios e florestas, na defesa do seu modo de produção, a sua fonte de vida, as formas de relação sociais, além da permanência de um conjunto de significados simbólicos do seu modo de vida. (SCHERER-WARREN 1993)

Neste contexto, conforme Chaves (2001), as comunidades ribeirinhas elaboraram entre si uma proposta de “leis consensuais” em que muitas áreas foram delimitadas posteriormente, foram sendo consideradas como Unidade de Conservação, e inserida enquanto política.

Os comunitários definiam a função de cada lago de acordo com sua capacidade e tipo de recursos existente. Os lagos de preservação ou “santuários” são considerados intocáveis mesmo para os comunitários, por serem habitat de reprodução das espécies. Nos lagos de “conservação”, o uso passou a ser concedido apenas aos comunitários, somente com os instrumentos artesanais e em alguns meses do ano. Apenas os lagos “livres” foram destinados ao uso de todos, durante todo o ano. Neles, os recursos foram avaliados como mais abundantes e sem risco para a reprodução das espécies. Assim, estes lagos foram liberados tanto para os comunitários quanto para os pescadores comerciais, desde que respeitando os princípios de preservação dos recursos, ou seja, vetou-se também nestes a pesca predatória (com bombas e rede de arrastão). (p. 91)

Portanto, para referida autora, os movimentos sociais na região visavam soluções para enfrentamento dos problemas sociais e de desenvolvimento regional, embora, estas problemáticas sejam bastante abrangentes. Para solucioná-los requer a elaboração de políticas públicas no plano macro estrutural. Contudo, devem ser visto com êxito por alçarem soluções locais para as pequenas comunidades da Amazônia, destaca ainda, que a organização política das populações rurais da Amazônia surge da combinação entre a organização sociocultural e de determinantes externos que exigem ações coletivas para encontrar alternativas de enfrentamento para esses condicionantes.

Dentre os movimentos apresentados será considerado como referência para a continuidade do estudo, na análise da organização sociopolítica na Comunidade de Nossa Senhora do Livramento, no item a seguir, o debate sobre o movimento social dos ribeirinhos.

Assim, é importante destacar que esta é uma das modalidades de mobilização sociopolítica mais próxima da organização sociopolítica em comunidades ribeirinhas no contexto Amazônico. Assim sendo, será analisado dentro da especificidade do contexto do local, por considerar que dentro do debate dos movimentos sociais, principalmente, no campo, a organização sociopolítica ribeirinha estabelece relações e práticas políticas coletivas dentro do seu plano local.

2.5. Comunidades ribeirinhas na Amazônia.

Os estudos sobre a Amazônia apontam que as principais transformações ocorridas na região durante seu processo sócio-histórico são marcadas pelos interesses e as estratégias da expansão do sistema capitalista sobre o prisma de integração da região aos centros do país e à economia internacional, vista sempre como fonte de recursos naturais e matéria prima, relação mantida dentro do sistema de exploração próprio do modo capitalista. Nesse processo, a discussão sobre os moradores em comunidades ribeirinhas ganha visibilidade, sobretudo a partir da década de 80, quando, é dada ênfase a questão socioambiental e o debate se constitui na emergência da preservação do ecossistema e da biodiversidade, bem como dos conhecimentos tradicionais e práticas socioculturais. (CHAVES, 2001)

De acordo com Diegues (2004) existem divergências na discussão conceitual de “populações tradicionais” no Brasil, isso acontece pelo fato do termo ser bastante abrangente e atingir diferentes grupos sociais como: ribeirinhos, quilombolas, castanheiros, seringueiros entre outros, que fazem com que os grupos sociais que compõem as populações na região Amazônica, não sejam homogêneos.

Para Rodrigues (2009) as populações tradicionais não indígenas amazônicas em seu processo histórico estabeleceram uma complexa relação homem-natureza permitindo

condições para sua sobrevivência, isso ocorre devido forte influencia das bases indígenas durante seu processo de constituição sociohistórica, o que explica muitas práticas tradicionais de se relacionar com a natureza em seu cotidiano. Nessa relação, Chaves (2001), discute que a cada elemento, formas de comunicação, representações e conhecimento da natureza formam um patrimônio cultural que contribui decisivamente para a formação sociocultural das populações da região Amazônica.

Nessa perspectiva, alguns autores como Chaves (2001) e Castro (1997) entendem que essas populações tem a capacidade de transformar e apropriar os recursos naturais de acordo com o atendimento de suas necessidades e subsistência.

Nesse contexto, introduzindo as particularidades da região Amazônica, Benchimol (1999) acrescenta que as populações amazônicas dentro do seu processo de formação política, social e cultura são oriundas de um processo de miscigenação resultante no caboclo, que herdou o conhecimento dos rios, o uso da floresta, as práticas agrícolas, as técnicas de desmatamento, a caça de vários tipos de animais (porco espinho, queixada e etc.), a pesca, o artesanato, a culinária, a preparação de raízes e a criação cultural de simbologias.

Desta forma, a região resultou em uma vasta diversidade sociocultural na formação de sua população, haja visto os diferentes grupos sociais tradicionais. É importante destacar que como resultado desse processo de miscigenação o maior contingente populacional na região passou a ser formado pela população “cabocla” descendente da miscigenação de índios e brancos, e índios e negros. Ao longo da história, esse processo foi acrescentado pelas correntes imigratórias de milhares de nordestinos para região, o que impulsionou a diversidade cultural. Por isso, ao tratar das singularidades desta população, é necessário perceber a influencia de vários povos, raças e etnias que contribuíram no processo de construção da cultura amazônica. Assim, a população cabocla abrange uma diversidade de

segmentos sociais como extrativistas (seringueiros, castanheiros, caucheiros), ribeirinhos, pescadores artesanais e outros. Esta diversidade baseia-se no saber-fazer e na distinção política entre os agentes (CHAVES, 2001; FRAXE 2004)

Para Fraxe (2004) o caboclo é aquele que dispõe de um conjunto de estratégias adaptadas tanto ao meio físico dos trópicos, como ao “tradicional isolamento” de uma região com precárias condições de transporte.

Desta forma, o segmento analisado são os ribeirinhos que, segundo Chaves (2001),

[...] vivem em agrupamentos comunitários com várias famílias, localizados, como o próprio termo sugere, ao longo dos rios e seus tributários (lagos). A localização espacial nas áreas de várzea, nos barrancos, os saberes sócio-históricos que determinam o modo de produção singular, o modo de vida no interior das comunidades ribeirinhas concorrem para a determinação da identidade sócio-cultural desses atores. (p. 72)

Para a referida autora, os ribeirinhos na Amazônia, se constituem como grupo social que habita as margens dos rios e seus inúmeros afluentes, em formas de comunidades, desenvolvendo com a natureza uma relação de uso dos seus recursos naturais para sua própria subsistência. Nesse sentido, os rios possuem importante significado para essas populações, pois é principalmente desse recurso que obtêm seu principal alimento, o pescado, e a água para consumo e demais atividades, e é por meio dele que buscam se integrar às comunidades mais próximas para frequentar a escola e ter acesso a postos de saúde e outros serviços.

Conforme Castro (1997) este grupo social é referência na Amazônia,

[...] encontramos nos denominados ribeirinhos, na Amazônia, uma referência, na linguagem, a imagem de mata, rios, igarapés e lagos, definindo lugares e tempos de suas vidas na relação com as concepções que construíram sobre a natureza. Destaca-se como elemento importante no quadro de percepções, sua relação com a água. Os sistemas classificatórios dessas populações fazem prova do patrimônio cultural. O uso dos recursos da floresta e dos cursos d'água estão, portanto, presentes nos seus modos de vida, enquanto dimensões fundamentais que atravessam as gerações e fundam a noção de território. (Castro 1997, p.226)

Vários autores (Diegues, 2004; Chaves, 2001; Fraxe, 2004; Rodrigues, 2001, 2009), apontam que as populações ribeirinhas apresentam uma íntima relação com a natureza, percebida no seu modo de vida através do uso de técnicas como o manejo coletivo dos recursos locais, que embora não seja conhecido nesse termo, é uma técnica tradicional ensinada por antepassados.

Nesta linha de pensamento, Fraxe (2004) assinala que as populações ribeirinhas desenvolvem uma particularidade quanto à organização comunitária, visto que, estas relações sociais desenvolvidas na comunidade lhes permitem certa resistência da cultura, por meio da transmissão oral de seus conhecimentos adquiridos ao longo de sua trajetória, e a relação do homem com a natureza expressada pela relação do ribeirinho com a natureza:

Assim, Chaves (2001) e Rodrigues (2009) acrescentam que o modo de vida ribeirinho é uma forma de cultura material e imaterial na manutenção dos conhecimentos e das tecnologias tradicionais destas populações sobre o conjunto das técnicas produtivas no preparo da farinha, a coleta de frutos, óleos, resinas silvestres e materiais para habitação (palha, tábuas), as técnicas de caça e pesca, a extração de matérias-primas para confeccionar peças artesanais e utensílios domésticos. Para Castro (2000) essas técnicas são uma forma de sobrevivência que apresentam complexidade, pois asseguram a reprodução do grupo, possibilitando também uma construção da cultura integrada à natureza e formas apropriadas de manejo.

Deste modo Chaves (2001) afirma que os ribeirinhos da Amazônia são referenciais de vida, principalmente pelos saberes que possuem, os quais lhes permitem um relacionamento com a natureza diferenciado, por conhecerem desde as formas, funções e o uso de cada espécie, assim como o desenvolvimento de suas práticas socioculturais e políticas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste tópico buscar-se-á apresentar a metodologia adotada para execução da pesquisa. “A metodologia pode ser vista como conhecimento geral e habilidade que são necessários ao pesquisador para se orientar no processo de investigação” (Thiollent, 2007, p. 28).

Neste estudo, entende-se que a “[...] única maneira que se aprende a pesquisar é fazendo uma pesquisa [...]”⁷, assim, é durante o desenvolvimento da investigação científica que se apreende o processo de desvendamento da realidade. Desta forma, a pesquisa desenvolveu-se em algumas fases, em que os procedimentos metodológicos forneceram o suporte necessário para operacionalização da investigação. Para tanto, o uso adequado de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos foram fundamentais na efetivação desse trabalho e no desenvolvimento intelectual do pesquisador.

3.1. Tipo de Estudo

Durante o estudo foram utilizadas técnicas de pesquisa quantitativa e qualitativa, por entender que ambas as técnicas e instrumentos para a obtenção de dados no âmbito da pesquisa em Ciências Sociais se complementam (Minayo, 2004). Assim, entende-se por qualitativas aquelas que se fundamentam em dados coletados nas interações interpessoais analisadas a partir da significação que os informantes dão aos seus atos, e técnicas quantitativas aquelas que preveem a mensuração de variáveis preestabelecidas, procurando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis, mediante a análise da frequência de incidências e correlações estatísticas (CHIZZOTTI, 2001).

⁷ Richardson, 2008:15

Este estudo teve como base ainda, a pesquisa-ação, que segundo Thiollem (2007) é uma linha de pesquisa associada a diversas formas de ação coletiva que é orientada em função da resolução de problemas ou de objetivos de transformação, supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional e técnico, assim trata-se de um método, ou de uma estratégia de pesquisa agregado a vários métodos ou técnicas de pesquisa social. Neste sentido,

a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação coma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 2007, p.14)

Nesta forma de abordagem metodológica, a participação dos sujeitos é fundamental em todo o processo investigativo e interventivo, pressupondo, portanto, a construção de uma relação de confiança e interação entre os pesquisadores e a comunidade. Esta interação possibilita um maior conhecimento tanto da realidade onde o projeto se insere como dos problemas socioeconômicos, políticos e ambientais que se ligam à mesma. Como resultado deste tipo de projeto, tem-se, não somente o delineamento e ampliação do conhecimento sistemático sobre a realidade social investigada, mas a proposição de possíveis soluções para a superação de problemáticas historicamente vivenciadas. (THIOLLENT, 2007)

Na pesquisa foram tomadas as fontes de informação de dados de origem primária, através de técnicas de coleta de dados aplicados pelo próprio pesquisador junto ao informante.

Como critérios de inclusão dos sujeitos na pesquisa: 1) pertencer e/ou atuar no núcleo comunitário, *locus* da pesquisa, por no mínimo seis anos; 2) ter sido indicado/reconhecido como representantes pelo seu grupo doméstico, independente de gênero.

A pesquisa foi realizada com 20 informantes, equivalente a 7% do numero total (270) de famílias da comunidade, dentre esses foram selecionados 05 para aplicação de entrevista semiestruturada.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram relacionados instrumentais técnicos para a coleta de dados, vale ressaltar que todos os momentos de trabalho junto à comunidade foram registrados.

Técnicas de Pesquisa	Instrumentos de Coleta de Dados	População- Alvo
Levantamento Sócio Econômico	Formulários (com questões abertas e fechadas)	Representantes dos grupos domésticos
Entrevista Semiestruturada	Visitas domiciliares	Informante- chave Lidere comunitários
Observação participante, sistemática e assistemática	Visitas técnicas e participação nas atividades comunitárias	Comunitários e Interlocutores nas atividades.

QUADRO 01- Técnicas e Instrumentos de Pesquisa ação

FONTE: PIBIC/ PIB-SA /0032/2011-2012

Para uma melhor execução da pesquisa junto à comunidade foram organizadas três fases sequenciadas, com bases na metodologia da Pesquisa-ação, interdependentes entre si, quais sejam.

I- FASE PRELIMINAR

A primeira fase consistiu na execução dos procedimentos preliminares que precedeu à fase de implementação da investigação empírica. Assim, incidiu nas seguintes atividades:

- Elaboração dos instrumentais metodológicos de coleta de dados e/ou informações necessários à investigação
- Aprovação do projeto e seus instrumentos junto ao Comitê de Ética/UFAM;
- Levantamento da bibliografia; Seleção da bibliografia; Revisão bibliográfica; Fichamentos de textos para fundamentação das categorias centrais de análise.
- Obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) junto aos sujeitos da pesquisa, de acordo com os critérios indicados;

Nesta fase da pesquisa, foram tidos os cuidados necessários quanto à ética. Por isso, para sua realização foram submetido projeto e instrumentais de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, a qual obteve parecer favorável.

Quanto à revisão bibliográfica aconteceu de forma contínua por meio de leituras e fichamentos de obras e artigos científicos e acadêmicos de autores que discutem as categorias centrais de análise deste trabalho. Assim, subsidiou a fundamentação do estudo e na leitura e análise dos dados coletados.

II- FASE DE PESQUISA DE CAMPO

No que concerne à segunda fase, foram realizadas em três momentos, quais sejam:

- 1ª Momento: Visitas técnicas ao *locus* de investigação para (re)conhecimento da área e identificação das lideranças locais, tais como:
 - Reunião com os comunitários com apresentação do projeto de pesquisa e TCLE;
 - Mapeamento das lideranças locais e informantes chaves
 - Realização de Registro Fonográfico e Fotográfico.

- 2ª Momento: Visitas técnicas a comunidade *locus* para coleta de dados:
 - Assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aplicação de formulário;
 - Visitas domiciliares para aplicação de Formulários;
 - Acompanhamento das atividades político-organizativas e culturais (reuniões comunitárias, festas e celebrações);
 - Realização de registro fotográfico.

- 3ª Momento: Visitas técnicas a comunidade *locus* para coleta de dados:
 - Realização de Entrevista Semi-estrurada junto aos representantes de grupos domésticos com utilização de Registro Fonográfico e Fotográfico

Durante a execução das atividades acima relacionadas, deve-se destacar que foram executadas sob a supervisão da orientadora com objetivo de orientar a bolsista a postura ética junto aos sujeitos, a utilização dos instrumentais, e o processo de obtenção de dados, buscando uma menor interferência pessoal, para uma melhor veracidade dos dados coletados. Assim, foram realizadas 9 (nove) viagens a campo para coletas de dados, tendo em vista a dinâmica comunitária dos informantes e o tempo de deslocamento de uma casa à outra.

III- FASE DE SISTEMATIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES E REDAÇÃO DO RELATÓRIO

Nesta fase foram realizadas as atividades abaixo relacionadas:

- **Tratamento dados:** as informações foram organizadas e sistematizadas para ordenamento e construção de gráficos, tabelas e quadros;
- **Relatório:** Elaboração do Relatório Parcial e Final PIBIC.

4. RESULTADOS

4.1. Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé: caracterização do *locus* da pesquisa

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé foi criada em 25 de agosto de 2005, pelo Decreto n.º 8.044, pelo poder público municipal de Manaus, sobre a categoria de unidade de uso sustentável, cujo objetivo é de “preservar a natureza e, ao mesmo tempo,

assegurar as condições e os meios necessários para reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais” (Plano de Manejo, 2008, p. 16) das comunidades que se encontram em sua jurisdição Nossa Senhora do Livramento, São João Tupé, Agrovila, Julião, Colônia Central e Tatu.

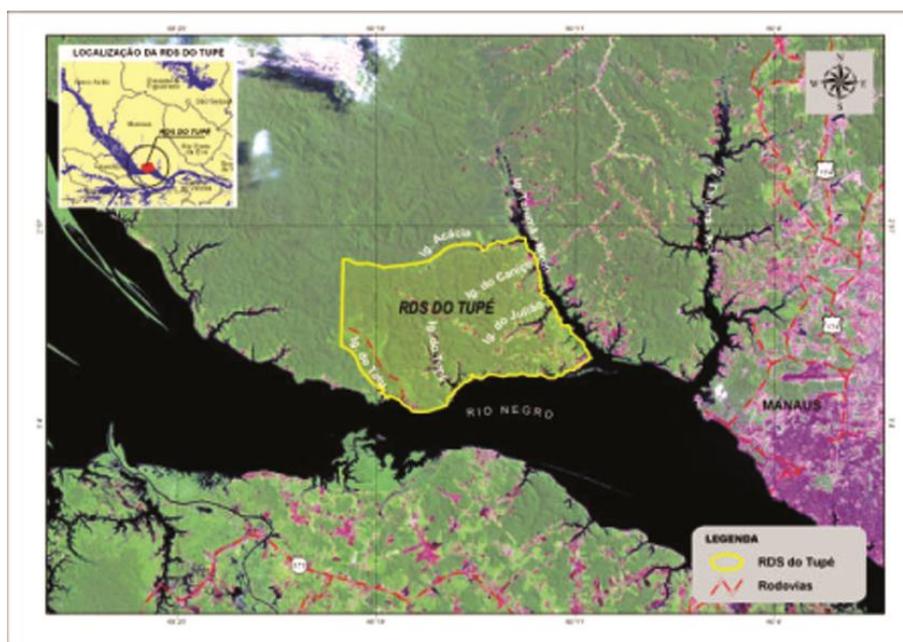


Figura 01: REDES do Tupé.
Fonte: Plano De Manejo, 2008

De acordo com o Plano de Manejo da RDS do Tupé (2008) sua localização é na zona rural de Manaus, à margem esquerda do rio Negro e possui os seguintes limites: começa na confluência do rio Negro com a margem direita do igarapé do Tatu ($03^{\circ} 03' 02,241''S$ e $60^{\circ} 17' 46,121''W$), seguindo por este até sua nascente ($03^{\circ} 01' 18,293''S$ e $60^{\circ} 19' 10,903''W$); desse ponto, segue por uma reta no sentido sul/norte até o igarapé Acácia ($02^{\circ} 58' 03,139''S$ e $60^{\circ} 19' 10,404''W$), daí, por uma linha mediana, até a confluência com o igarapé Tarumã-Mirim ($02^{\circ} 57' 25,023''S$ e $60^{\circ} 12' 45,624''W$), e por fim segue pela margem direita do igarapé Tarumã-Mirim até a sua foz com o rio Negro ($03^{\circ} 01' 42,851''S$ e $60^{\circ} 10' 30,770''W$), seguindo pela sua margem esquerda, até o ponto inicial do igarapé Tatu.

De acordo com os dados da ONG IPÊ *apud* Aguiar *et al.* (2007) o Baixo Rio Negro no período da colonização era habitado pelos povos Tarumã, Manaós e Barés. Estas populações, principalmente os Manaós, enfrentaram com a colonização repressões violentas que desencadeou uma transformação cultural e perda populacional, pois aqueles que não foram mortos acabaram por ser incorporados aos aldeamentos e conseqüentemente chegando até a extinção absoluta de alguns, em decorrência dos empreendimentos mercantis e religiosos, guerras e epidemias instaladas após chegada dos colonizadores europeus. Este fato ocasionou o abandono das terras da região do Tupé que chegou a si tornando desabitada

A comunidade de Nossa Senhora do Livramento trata-se de uma comunidade ribeirinha que iniciou a partir de um pequeno numero de moradores que com suas gerações de descendentes foram se estabelecendo e ampliando a comunidade. O marco da fundação se deu em 1973 por um grupo de moradores ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Segundo relatos dos moradores a região encontrava-se em meio a uma intensa luta por terras na margem esquerda do Rio Negro. Na lembrança do morador mais antigo da comunidade a origem é contada bem antes desse conflito:

[...] logo que eu cheguei aqui isso aqui era uma mata, tinha dono mas nunca chegava aqui. Então eu vim pra cá através de um vigia que morava ai, que era vigia da dona da terra que era a Dona Maria Emilia Greio, portuguesa. Então eu vim pra cá através dele. Que a gente é homem. Não tinha morador nenhum e viajava só essa ponta comunidade. Então ele disse: “olha rapaz arranja uma pessoa que tenha familia e começa pra lá pra ser teu vigia, isso era só eu e minha velha, e me traz esse pessoa aqui”. Eu morava na Leonardo Malcher em Manaus. Então eu gostei de ele ter me chamado pra cá e eu vim. Isso foi no ano de 65. Então até hoje estamos aqui. Já passou tanto dono aqui mas só pra se prevalecer e lesar o estado . Então até hoje estou aqui. Estou como dono. Já fui por tanta coisa, e então veio o sindicato rural pra cá e criou o sindicato aqui. Então toda essa terra aqui eu paguei vinte anos de sindicato rural né. Isso aqui era uma mata só, quando eu vim pra cá trazia três filhos, nasceu aqui oito neste lugar, o mais velho é o que chamam Chicão. Veio pra cá com 5 anos e tá com 45anos e já é avô. Nós já temos bisneto. (ENTREVISTADO E)

De acordo com entrevistado E, depois vieram muitas pessoas que queriam se aproveitar da terra e se intitulavam proprietários, como foi o caso do Sr. José Nascimento, que entrou em grande conflito com o pequeno grupo de comunitários que já viviam na área.

[...] Foi quando o prefeito começou a tomar conhecimento disso aqui, e por ai começou a comunidade se desenvolver, foi na época de Manoel Ribeiro. Aí o velho Nascimento se meteu aqui como dono dessas terras e a gente como boa vontade, o prefeito tomou conhecimento e construiu um posto de saúde, uma escolinha que nós fizemos por nossa conta e nós pagava professora. Até que um dia terça de terça feira chegou ai e queimou posto de saúde, queimou escola, queimou tudo, acabou com tudo e nossa escola morreu. Foi quando nós pedimos novamente do Manoel Ribeiro pra fazer um prédio, de madeiro que num dia do temporal escangalhou com tudo, de forma assim que já foi esses novos prefeitos que entraram que foi já pra esse daí agora pra atender o povo, que nesse tempo não existia acesso lá do outro lado não, só era aqui, vinha fazer votação pra cá, e muita coisa que aqui ainda não tinha criado, até hoje ta aí, a vida daqui é assim. (ENTREVISTADO E)

Esse é o processo sócio-histórico em que se inseri a Comunidade de Nossa Senhora do Livramento, sendo a primeira comunidade da região do Tupé, a qual será caracterizada enquanto *locus* do estudo.

4.1.1. Infraestrutura, Bens e Serviços Sociais

A pesquisa teve como *locus* a comunidade de Nossa Senhora do Livramento situada às margens esquerda do baixo rio Negro, no Igarapé do Tarumã - Mirim. Esta foi a primeira comunidade da região da RDS do Tupé, possui 38 anos e foi fundada em 5 de agosto de 1973, por um grupo de trabalhadores ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Primeiramente a comunidade ficou conhecida pelo nome de Mari, em seguida foi chamada de Santa Madalena Sofia, pelo período histórico em que os fundadores da “comunidade” estavam, em processo de conquista da terra, no qual a escola foi incendiada por pessoas que se diziam donas das terras ocupadas, para a recuperação os comunitários prometeram o nome para Nossa Senhora do Livramento que passou assim a ser chamada (Aguiar, *et al.*, 2007p 89).



Figura 02: Porto da comunidade
Fonte: PIBIC/PIB-SA/0032/2011-2012



Figura 03: Entrada da comunidade
Fonte: PIBIC/PIB-SA/0032/2011-2012

O transporte de passageiros para a comunidade, assim como para as demais da RDS do Tupé e de seu entorno, é realizado via fluvial por lanchas da Associação dos Aquaviários da Marina do David e Fátima (ACAMDAF). A viagem até a comunidade de Nossa Senhora do Livramento dura entorno de 20 a 30 minutos considerando a época de cheia ou seca na região.

A comunidade de Nossa Senhora do Livramento assim como outras na Amazônia, de acordo com Chaves (2001), Rodrigues (2009) e outros, são formadas na sua dinâmica diária por um “complexo contexto sociocultural que compreende um conjunto de regras, valores, crenças e práticas constituindo um *modus vivendi* que denota a organização destes agentes sociais. (RODRIGUES, 2009, p.91)

Neste sentido, a comunidade é constituída por 270 famílias⁸, entre as quais somente 250 residem efetivamente na comunidade. De acordo com Aguiar *et al.* (2007, p.112) a partir dos anos 90 a comunidade passou a receber moradores esporádicos, pessoas que compram propriedades e passaram a possuir casas no local, contudo só encontram-se em suas residências nos finais de semana ou feriados. Isto ocorre pelo fato da comunidade encontrar-se nas proximidades de Manaus-Am com facilidade de acesso.

⁸ Informação obtida junto a Enfermeira Chefe do Posto de Saúde da comunidade.

A comunidade possui, quanto à infraestrutura⁹, um porto flutuante, um centro social, uma escola municipal que atende a todas as comunidades da jurisdição da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, assim como do seu entorno, funcionando nos três horários letivos, sendo o primeiro e segundo com ensino na modalidade regular, e o terceiro turno (noturno) por teleconferência na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos, tendo em seu quadro funcional o total de oito professores. O transporte dos estudantes é realizado por meio de voadeira escolar disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de Manaus.

Ainda há um posto de saúde, com 29 funcionários entre médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, assistente social, agentes de saúde e outros, no entanto somente 03 agentes de saúde são efetivos. O posto possui poço artesiano próprio, mas não conta com capacidade de energia suficiente para oferecer serviços odontológicos.

A comunidade de Nossa Senhora do Livramento também dispõe de 07 igrejas entre religião católica e protestante, sendo: Igreja de Nossa Senhora do Livramento, Assembleia de Deus, Exército de Deus, Deus e Amor, Unidos do Brasil, Adventista do Sétimo Dia e Igreja Batista.

Outro aspecto importante é a presença de dois telefones públicos, contudo segundo moradores este não funciona regularmente, conforme Aguiar *et al.* (2007, p.107) a telefonia convencional foi instalada há mais de 10 anos, e contou com a participação dos moradores na instalação, porém no período de chuvas intensas o mesmo não consegue operar normalmente. No entanto, em algumas localidades da comunidade consegue alcançar a rede de telefonia móvel.

⁹ Pesquisa de campo PIBIC/PIB-SA/0032/2011-2012, entrevista com a diretora do posto de saúde da comunidade e a presidente da associação de moradores.

No que diz respeito ao saneamento, entre suas principais atividades, a energia elétrica, na comunidade foi detectado que 100% dos informantes possuem em sua residência. Esta realidade foi possível por meio do programa do Governo Federal Luz para Todos. O fornecimento é sob a responsabilidade da empresa Eletrobrás Amazonas Energia, e pagam de acordo com o consumo, porém, registra-se que segundo formulário de infraestrutura no Posto de Saúde que 32 famílias não possuem este serviço.

O abastecimento de água não é realizado por nenhum órgão público, por isso não é feito nenhum tratamento na água. Assim, 90% dos informantes obtêm água de poços artesianos e 10% de cacimba¹⁰. Dentre os que pegam água em poços artesianos 50% o poço não é próprio e garantem à água junto a parentes, vizinhos ou amigos, 33% possuem poços próprios e 17% pegam água no poço artesianos da escola. A falta de tratamento da água na comunidade causa várias doenças entre os comunitários. Esta realidade é analisada por Aguiar *et al.* (2007, p. 30) como intrínseca ao discurso da implementação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável em que omite e mascara a discussão sobre a necessidade de acesso das pessoas que vivem nessas áreas aos serviços de infraestrutura básica, saúde, educação e de transporte, pois a visão idílica de comunidade pauta-se na negação aos direitos sociais.

No que concerne à moradia na comunidade (Figuras 04 e 05), observamos que 45% das moradias são feitas de madeiras, 35% de alvenaria e 15% são mistas (alvenaria e madeira). Segundo Chaves (2001) e Rodrigues (2009) esse modelo de construção é típico da região. Quanto aos terrenos 95% dos informantes afirmam possuírem casa própria, mas somente 58% possuem algum documento de propriedade, dos quais 73% é recibo de compra e venda. Foi observado na fala dos comunitários quanto a essa questão que devido à regulamentação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável às terras passaram a serem bens

¹⁰ Poço artesanal, feito por meio de um buraco no chão até encontrar água.

da União, conforme Portaria Interministerial N°- 436, de 2 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União.



Figura 04: Casa de alvenaria
Fonte: PIBIC/PIB-SA/0032/2011-2012



Figura 05: Casa de Madeira
Fonte: PIBIC/PIB-SA/0032/2011-2012

4.1.2. Perfil dos informantes:

A pesquisa foi realizada junto a 20 informantes que corresponde a 7% do numero total de famílias (270) da comunidade, sendo representantes de grupos doméstico-familiar, lideranças comunitárias e outros. Considerando a particularidade na Amazônia e sua organização sociocultural, o conceito de família tradicional não compreende a dimensão das relações estabelecidas pelos informantes e assim, conforme Chaves (2001, p.65) cada unidade familiar está estruturada como grupo doméstico, pois não é apenas caracterizado pelos “membros com laços consanguíneos, mas todos aqueles que partilham o espaço doméstico, o convívio comum, os laços de afetividade que surgem aliados aos esforços laborais que desenvolvem conjuntamente”.

Assim, dos informantes entrevistados 55% são do gênero feminino e 45% do gênero masculino. É importante considerar que a maioria dos comunitários entrevistados são do gênero feminino, visto que a pesquisa foi realizada principalmente nos horários matinal e

vespertino, em que grande parte os homens encontravam-se no horário de suas atividades externas.

No que concerne ao estado civil, constatou-se que 50% dos informantes são casados, 20% são viúvos e 15% encontram-se em união consensual, os outros 15% estão proporcionalmente divididos entre solteiro, divorciados e separados. Este fator está inteiramente relacionado com faixa etária dos informantes em que é significativo numero de pessoas acima de 60 anos conforme Gráfico 01.

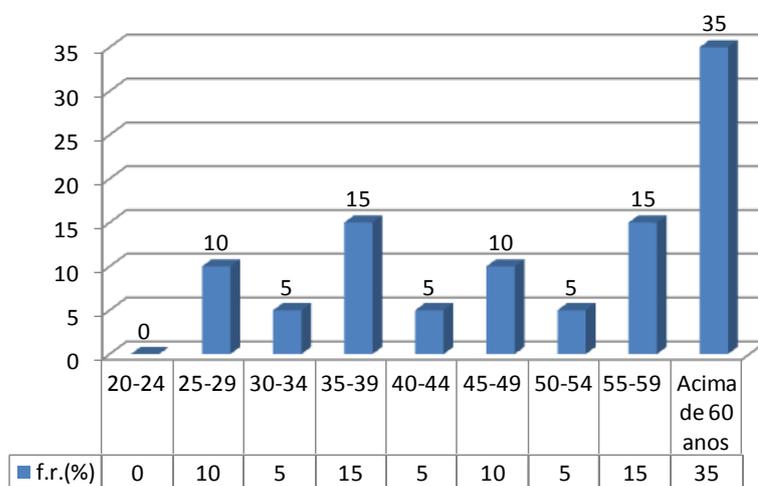


Gráfico 01- Faixa etária dos informantes
 FONTE: PIBIC/PIB-SA/0032/2011

No que diz respeito à naturalidade identificamos que 95% dos informantes nasceram no Estado do Amazonas, destes 55% nasceram em outro município do Estado, 30% em Manaus – AM e 10 % na própria comunidade. Os moradores de Nossa Senhora do Livramento viveram um processo emigratório principalmente dentro do Estado do Amazonas, são oriundos dos municípios de Santa Isabel do Rio Negro - AM e Tapauá- AM.

Município de Origem	f.a	f.r. (%)
Sta. Izabel do Rio Negro-AM	3	25
Tapauá - AM	2	17
Autazes - AM	1	8
Barcelos - AM	1	8
Cena Madureira-ACRE	1	8
Coari-AM	1	8
Lábrea - AM	1	8

Nova Vista - AM	1	8
Tefé-Am	1	8
Total	12	100%

Tabela 01: Naturalidade dos Informantes
 FONTE: PIBIC/PIB-SA/0032/2011-2012

Outro fator que nos faz concluir que a comunidade é composta principalmente por moradores que viveram esse processo emigratório é o fato de que 20% dos informantes foram criados no Município de Manaus, e 20% foram criados na própria comunidade, pois emigraram com seus pais ainda bastante pequenos, 40 % proporcionalmente divididos foram criados no município de Santa Izabel do Rio Negro, comunidade do Cunhuá, Tarumã Açú e Altaz do Açú do Paraná do Mamuri, 5% na comunidade Paraíso, 5% da comunidade Tapauá, 5% no Município de Tefé-AM e 5% em Cena Madureira – ACRE. Esse fato nos remete a refletir que embora façam parte deste processo emigratório, trata-se de moradores que tem em sua origem aspectos rurais. Segundo Chaves (2001, p. 67) este processo acontece em grande medida devido à expropriação do pequeno produtor rural, assim como pelas precárias condições de acesso a bens e serviços sociais em localidades distantes na Amazônia.

Quanto à identidade étnica 40% dos informantes se identificam como mestiços¹¹, 35% como índio e 25% como branco. Considerando que 40% dos informantes vivem há mais de 30 anos na comunidade e relacionado ao resultado significativo de que a maioria possui acima de 60 anos de idade (ver Gráfico 01), tal contexto de acordo com Chaves (2001, p.72) é resultado de um dos processos de desenvolvimento regional marcado pela borracha, em que após a perda do mercado da Ásia foi desencadeado um momento de formação de comunidades no rio Madeira e, posteriormente, na década de 70 ao longo do Rio Negro, formados por populações indígenas, caboclas, emigrantes, imigrantes e outros. Atualmente, essa conjuntura é marcada pela proximidade da comunidade a Manaus-Am, e as pessoas que não conseguem se inserir na dinâmica do modo de vida urbano, se deslocam para área rural.

¹¹ Durante a pesquisa de campo quando perguntados sobre a identidade constatou-se que como mestiço os informantes entendem que é o cruzamento do índio com o branco.

Esse contexto determinou e muito o processo de formação escolar dos informantes em que 30% não puderam ter acesso à escola e por isso não são alfabetizados, 30% possuem ensino médio completo, 15% fundamental incompleto, 10% superior incompleto e 15% estão proporcionalmente divididos entre somente alfabetizado, ensino fundamental completo e ensino médio incompleto.

4.1.3. Caracterização socioeconômica dos informantes

No que diz respeito a este item, quanto à atividade que definem como profissão foi possível perceber que 5% são artesões, 35% agricultor e 60% possui outra profissão. Entre esses que possuem outra profissão o percentual de 42% são do lar, conforme Tabela 02 (abaixo). Esse expressivo número de pessoas está diretamente ligado à análise do gênero dos informantes na pesquisa, mas também a necessidade de realização de outra atividade econômica que possa suprir as despesas dos grupos doméstico-familiar

Outra profissão	f.a.	f.r. (%)
Do lar	5	42
Encarregada de produção	1	8
Serviço público	3	24
Marceneiro	1	8
Marinheiro de convés	1	8
Montador Industrial	1	8
Total	12	100

Tabela 02: Outras profissões exercidas
 FONTE: PIBIC/PIB-SA/0032/2011-2012

Este quadro de profissões exercidas pelos comunitários está diretamente ligado com o processo emigratório de formação da comunidade, assim como pela comunidade estar situada nas proximidades da capital Manaus – AM, uma vez que consigo carregam, em certo sentido, características dos modos de vida urbanos, causando algumas transformações da identidade sociocultural ribeirinha e criação de novas estratégias de sobrevivência. Essa

conjuntura pode ser verificada na Tabela 03, que apresenta as profissões frequentemente apresentadas por populações ribeirinhas¹².

Profissão	f.a	f.r (%)
Pescador	0	0
Artesão	1	5
Extrativista	0	0
Agricultor (a)	7	35
Agricultor/Pescador	0	0
Coletor(a)	0	0
Outra	12	60
Total	20	100%

Tabela 03: Profissões

FONTE: PIBIC/PIB-SA/0032/2011-2012

Contudo, ainda assim a maioria dos informantes se denominam agricultores que faz permanece sua identidade sociopolítica no meio rural ribeirinho. Uma discussão no meio rural ribeirinho é a questão do gênero, no caso desta pesquisa 55% são do sexo feminino por isso 42% denominam-se do lar, no entanto, são trabalhadoras rurais.

É possível perceber que a transmissão dos conhecimentos ainda se dá de forma tradicional é a partir do estabelecimento da relação homem-natureza. O fato de viver em comunidades amazônicas, isto assegura a populações ribeirinhas, em certo sentido, saberes específicos sobre o território que habitam, a (re)produção de conhecimentos e habilidades, bem como a construção de modos de vida adaptados. (DIEGUES, 2004; Rodrigues 2009). Como pode ser percebido pela aprendizagem da profissão que exercem 40% dos informantes diz que aprenderam com os pais, 15% com parentes e 10% com vizinhos, ou seja, dentro do grupo doméstico-familiar, e 35% com outros, pois dependeram de alguma modalidade de ensino para exercer a profissão.

Na comunidade de Nossa Senhora do Livramento foi possível perceber que os comunitários além de suas profissões exercem outro tipo atividade econômica, pois dos

¹² Com base nos estudos desenvolvidos por Chaves (2001) e Rodrigues (2009)

informantes 35 % disseram que sim e 65% afirmaram não. É importante analisar que esse percentual que possuem outra atividade, corresponde ao percentual que se identificam profissionalmente como agricultores e do lar. No que diz respeito à subsistência são polivalentes, desenvolvem várias atividades como: caça, pesca agricultura entre outros.

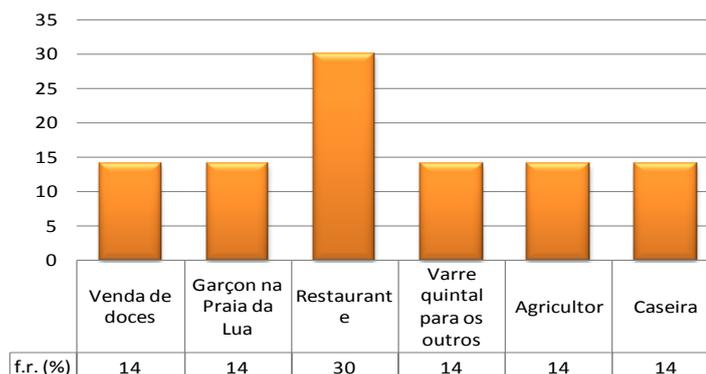


Gráfico 02: Outras atividades econômicas
 FONTE: PIBIC/PIB-SA/0032/2011

Segundo Aguiar *et al.* (2007, p. 113) devido o movimento na comunidade de novos moradores que frequentam somente nos finais de semana e feriados, mas que possuem sítios ou casa criou-se uma nova forma de trabalho, os chamados “limpadores de terrenos” ou “caseiro” que são comunitários, antigos moradores desse lugar, que encontram nesta atividade mais uma forma de garantir o aumento da renda familiar, aliada a outros.

No que concerne a principal atividade para sustento do grupo doméstico-familiar foi possível constatar que 10% vivem da agricultura, 10% do artesanato e 80% de outra atividade. Dentre essas outras atividades para o sustento destacam-se 50% de Aposentadoria, 13% benefício Bolsa Família, 7% auxiliar de serviço municipal, e os outros 30% estão proporcionalmente divididos entre funcionário público, montador industrial, caseira, enfermagem e microscopista. Quanto ao maior percentual referente aos aposentados é importante destacar que é apontado principalmente por 35% dos informantes terem mais de 60 anos de idade.

Este fator determina a questão da renda dos informantes 40% possuem renda até um salário mínimo, 40% entre um e dois salários mínimos e 20% de dois a cinco salários mínimos. Nestes grupos doméstico-familiar 70% informaram que possuem de 01 a 02 pessoas que trabalham na casa, e 55% dos informantes afirmam que é a própria renda que mantêm o sustento familiar, 25% é do esposo, 10% da esposa, e 10 % do casal.

A partir dos dados da pesquisa, um aspecto relevante que merece ser destaque, é o fato de a proximidade da comunidade a capital Manaus-Am tem ocasionado transformações no *modus vivendi* da comunidade, no entanto de acordo com Chaves (2001), são os saberes sócio-históricos que irão determinar sua identidade.

[...] os ribeirinhos vivem em agrupamentos comunitários com várias famílias, localizados, como o próprio termo sugere, ao longo dos rios e seus tributários (lagos). A localização espacial nas áreas de várzea, nos barrancos, os saberes sócio-históricos que determinam o modo de produção singular, o modo de vida no interior das comunidades ribeirinhas concorrem para a determinação da identidade sócio-cultural desses atores. (p. 72)

Neste sentido, considerando suas habitações, as técnicas de agricultura, caça e pesca, a extração de matérias-primas para confeccionar peças artesanais e utensílios domésticos e entre outras características, a comunidade de Nossa Senhora do Livramento mantém, mesmo com alterações, suas características de comunidade ribeirinha. Além do que, Castro (1997, p.223) acrescenta que as populações tradicionais sofreram adaptação de vida em sua relação com território, o meio ecológico os inúmeros saberes, a utilização dos recursos locais, a integração entre vida econômica, as relações familiares e de parentesco.

Assim, pode-se afirmar que esta dinâmica está relacionada às condições de sobrevivência e reprodução desses sujeitos. As relações socioculturais constituídas na vivência em comunidade entre muitas outras características estão inseridas no modo de vida das populações tradicionais conforme a perspectiva apresentada por Diegues (2004), e dentro do segmento de atores sociais reconhecidos por Chaves (2001) como ribeirinhos.

A pesquisa ratifica o que autores (Geertz, 1989 e Rodrigues, 2001, 2009) afirmam sobre cultura, entre outras coisas que não é estática, mas encontra-se inserida num processo sociohistórico em constante movimento, neste sentido, o modo de vida e as formas de organização sociopolítica e cultural, vivenciada nas comunidades ribeirinhas da Amazônia, também se encontram em constante processo de mudança.

A partir desta breve contextualização das comunidades investigadas e dos sujeitos participantes da pesquisa, o item a seguir faz uma análise da questão socioambiental na contemporaneidade sobre as formas de organização na comunidade.

4.2. A questão socioambiental e as formas de organização na comunidade ribeirinha de Nossa Senha do Livramento

De acordo com Gohn (2007) a partir do momento em que as contradições sociais se tornam evidentes e diretamente sentidas pela comunidade, este local se torna propício para mobilização e organização política para o enfrentamento coletivo das problemáticas. Assim, para Souza (2010), a cooperação é uma forma encontrada pelo homem de superação das dificuldades, barreiras e problemas postos ao seu desenvolvimento social. Este tipo de cooperação é estabelecido por pessoas dentro do mesmo contexto, com interesses e preocupações comuns, na mesma condição material e social.

Neste sentido, vários estudos (SCHERER-WARREN, 1993; BINDÁ, 2003; BARROSO, 2010) indicam que no contexto comunitário a capacidade de organização e mobilização é fortalecida diante da necessidade de enfrentamento e busca de alternativas para solução de problemáticas comuns. Assim, buscam organizar-se em comissões, associações, conselhos.

Dentro de uma comunidade pode haver diferentes grupos organizados de acordo com a necessidade, no entanto Abreu (2007, p. 06) apresenta que esses grupos podem ser divididos em duas formas:

- a) Formal: é aquele fixo, com diretoria, produtividade como por exemplo: clube de mães, grupo de jovens, time de futebol, entre outros.
- b) Informal: são grupos organizados para executarem tarefas rápidas, estes dissolvem depois de feito as tarefas estabelecidas, como por exemplo: limpeza da comunidade, capina da roça, organização de uma festa comunitária e/ou religiosa.

Estudos desenvolvidos no contexto da organização sociopolítica na Amazônia (CHAVES, 2001; BARROSO, 2010) apresentam que dentre as modalidades de organização do trabalho coletivo em comunidades ribeirinhas destacam-se as seguintes formas de organização:

- a) As associações comunitárias: entidades formadas por agentes comunitários que possuem interesses e lutam por uma causa comum, a qual possui uma estrutura organizacional constituída por uma hierarquia de responsabilidades e representatividade;
- b) Mutirão: são serviços para a coletividade para melhoria de bens e/ou prestação de serviços comunitários, nos quais o trabalho é compartilhado para usufruto de todos os membros da comunidade;
- c) Ajuri: são modalidades de organização do trabalho realizadas pelos comunitários de maneira coletiva, cujos resultados são partilhados pelos

participantes da atividade, se constitui como uma modalidade de ajuda mútua entre os comunitários.

- d) Puxirum: São atividades desenvolvidas em grupos para a troca de serviços, nas quais todos se reúnem para beneficiar um membro, que em momento posterior, presta serviço equivalente ou similar àqueles que haviam realizado.

Para que estas formas de organização comunitária existam é necessária à cultura de cooperação. Dentre as várias formas de cooperação organizada existentes, são exemplos: as associações, ONGs, cooperativas, fundações e outro. No contexto da comunidade de Livramento, é importante destacar a associação, que segundo o SEBRAE (2012) em um sentido amplo, a associação é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados. Portanto, é a forma mais básica para se organizar juridicamente um grupo de pessoas e tem entre suas principais características: a) Ser uma sociedade de pessoas sem fins lucrativos; b) Representar e defender os interesses dos associados. Estimular a melhoria técnica, profissional e social dos associados. Realizar iniciativas de promoção, educação e assistência social; c) Aprovação do estatuto em assembleia geral pelos associados. Eleição da diretoria e do conselho fiscal. Ata de constituição no cartório de registro de pessoas jurídicas da comarca. CNPJ na Receita Federal. Registro no INSS e no Ministério do trabalho; d) Mínimo de duas pessoas; e) Seu patrimônio é formado por taxa paga pelos associados, doações, fundos e reservas; f) Pode representar os associados em ações coletivas de seu interesse.

Logo, para Abreu (2007) a associação é uma forma em que as famílias de uma comunidade encontram para estabelecer uma força social frente aos interesses externos, assim permite à troca de ideias, a união, a socialização de experiências, a soma das forças de

trabalho e de capacidades para reivindicar direitos e propor projetos, programas e alcançar outros benefícios e incentivos.

Isso pode ser visualizado na Comunidade de Nossa Senhora do Livramento que possui na sua organização formal:

Tipo de organização formal	Na comunidade
02 (duas) Associações	Associação dos Moradores de Nossa Senhora de Livramento
	União dos Povos Indígenas do Livramento do Rio Tarumã Mirim e Tarumã Açu (UPILTA),
01 (um) Sindicato	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
01 (um) Grupos de Produção	Grupo de Mães Potyra
05 (cinco) times	3 times de futebol masculinos: Baré, Criciúma do Livramento e Atlético do Livramento
	2 times femininos: Livramento 1 e Baré Feminino.

Quadro 02: Tipos de organização formal presentes na comunidade
Fonte: PIBIC/PIB-SA/0032/2011-2012

Contudo, somente a Associação dos Moradores possui registro de CNPJ na Receita Federal. Segundo a presidente da associação de moradores esta possui 101 sócios que contribuem mensalmente com R\$ 5,00 (cinco reais), esse recurso é organizado e investido na própria comunidade, como por exemplo, na construção do Posto Policial da comunidade, e na ponte que liga a 1ª etapa da comunidade com a 2ª etapa, pois na época de cheia do rio a travessia é feita pela ponte, e quando necessário na ajuda aos comunitários necessitados, bem como na compra de materiais de expediente da própria associação.

Dentre os moradores entrevistados durante a pesquisa 100% fazem parte da associação de moradores, que por meio de eleição escolhem a comissão que irá liderar a comunidade por meio da associação de moradores. Esta é formada por 01 (um) presidente, 01 (um) vise-presidente, 02 (dois) secretários e 2 (dois) tesoureiros, além do Conselho Fiscal que

é composto por 1º e 2º conselheiros e 1º, 2º e 3º suplentes. Na atualidade, a associação é presidida por uma mulher desde 2010, e que ainda continuará por mais 2 anos visto que com a revisão do estatuto da comunidade o tempo de liderança de uma comissão passou de 2 anos para 4 anos.

Um aspecto que chama atenção na pesquisa, quanto associação, é que 58% dos informantes não sabem como esta surgiu. No que concerne aos objetivos 79% afirmam conhecer seus objetivos e entre suas respostas podemos observar que estão racionadas a: Luta por bens e serviços a comunidade para melhoria da qualidade de vida; Revindicação de direitos dos comunitários; Realização de produção coletiva para produzir renda, o que pode ser visualizado na fala dos entrevistados apresentados a seguir:

Categorias elaboradas a partir da análise	Transcrições de trechos das narrativas dos entrevistados
Objetivo da associação	<p><i>[...]Ela é sem fins lucrativos, com o pensamento, com o objetivo de trabalhar em prol dos comunitários chegando junto as entidades tanto do governo municipal, como do estadual procurando dias melhores pra comunidade, como por exemplo, agente até agora desde o tempo em que a comunidade foi criada com numero de moradores que existe, por incrível que pareça agente ainda não tem aquela água potável para o consumo, ainda não temos aqui a construção de um poço artesiano, isso aí é uma luta que agente como líder fica torcendo e o presidente fica correndo atrás, pra ver se isso aí chega e agente chega a esse objetivo [...](Entrevistado C)</i></p> <p><i>[...]O fins da associação de moradores é unir recursos para o bem-estar da comunidade. Então nós temos essa organização na comunidade pra liderar os comunitários, para os comunitários terem uma mãezinha que é o que eu digo que a associação é uma mãe dos comunitários. Nós estamos aqui de mãos dadas pra ajudar a comunidade, pra abraçar a comunidade. Então, esse é o objetivo de como ela foi criada de ter uma associação pra abraçar esta comunidade [...](Entrevistado E)</i></p>

Quadro03: Objetivos da Associação de Moradores da Comunidade de N. Sra. do Livramento
 FONTE: PIBIC/PIB-SA/0032/2011-2012

A concepção de associação entendida pelos comunitários está principalmente ligada a uma forma de organização quer seja em defesa de um objetivo, de direitos ou de um bem comum de todos para melhoria da comunidade, assim como uma forma de receber benefícios em forma de assistência pela própria associação ou pelos seus membros.

Esse entendimento apresentado pelos comunitários está de acordo com a da concepção de associação comunitária analisada por Abreu (2007), que considera como responsabilidade desta: conhecer os problemas locais e dialogar sobre os mesmos na busca de propostas de lutar para a melhoria das condições de vida das famílias defendendo seus interesses, assim como trocar ideias, condições básicas para a participação, a cooperação e ajuda mútua.

Entre as principais atividades reconhecidas pelos entrevistados como sendo de organização da Associação de Moradores da comunidade estão: festas religiosas, atividades e campeonatos esportivos, mutirão, assessoria aos comunitários, feira cultural, reuniões, cursos e ações sociais.

No contexto comunitário, esse processo de enfrentamento de determinantes externos é percebido em todo processo histórico das populações da Amazônia, assim como nos dias atuais no acesso a bens e serviços sociais que consolidou a mobilização política e a gestão comunitária. Esta relação reforça o que Chaves (2001) afirma, que a organização política das populações rurais da Amazônia surge da combinação entre a organização sociocultural e de determinantes que exigem ações coletivas. Esses determinantes podem ser observados através da busca de solução para os problemas sociais enfrentados pelos comunitários por meio da organização.

Entretanto, conforme os estudos de Chaves (2001) e Barroso (2010) existem diversas formas de organização do trabalho coletivo presentes entre as populações rurais da

Amazônia. Assim, na comunidade de Nossa Senhora do Livramento foi identificado além das associações outras formas de organizações do trabalho comunitário em prol do bem da comunidade, tais como:

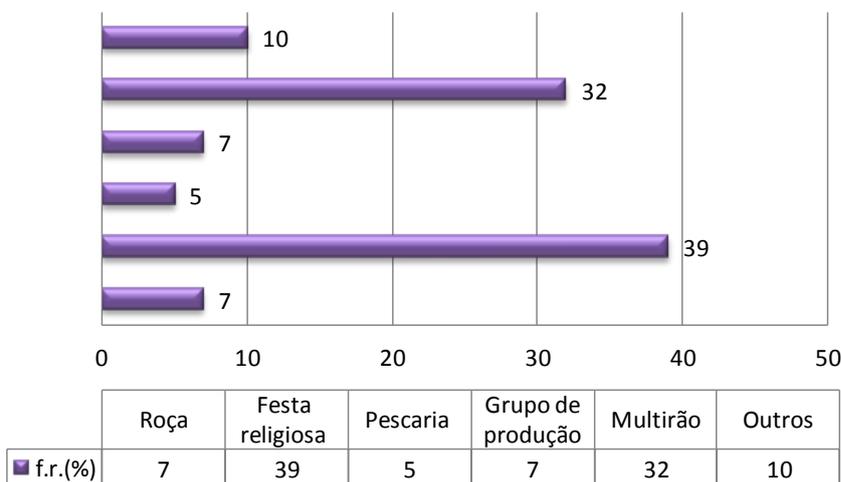


Gráfico 03: Atividades Coletivas
 FONTE: PIBIC/PIB-SA/0032/2011-2012

Essas formas de organização se configuram na ação comunitária que conforme Souza (2010) é uma prática de ajuda mútua e cooperação para enfrentar os desafios e dificuldades às quais a comunidade é submetida, mesmo que seja apenas por um indivíduo membro da comunidade, é desta forma que surgem determinadas formas de cooperação comunitária tipo mutirão, caixas de ajuda e outras que vão se desenvolvendo no âmbito da comunidade.

Essas práticas socioculturais estão presentes no cotidiano da comunidade de Livramento como uma forma de construir alternativas aos problemas encontrados, principalmente no que diz respeito à infraestrutura da comunidade, como pode ser observado na fala dos comunitários expressas a seguir:

Categorias elaboradas a partir da análise	Transcrições de trechos das narrativas dos entrevistados
Mutirão	<i>[...] fazemos mutirões, ultimamente estamos construindo o PPI da comunidade, o Posto Policial pra manter a segurança em Livramento, estamos fazendo a ponte que liga a 1ª etapa a 2ª etapa da comunidade já está quase pronta. Então, tudo</i>

	<i>trabalho em coletivo com a comunidade, nós estamos fazendo: mutirões de limpeza, limpando as ruas e cortando grama, tudo em coletividade com os moradores [...](Entrevistado E)</i>
Puxirum	<i>[...] as vezes era bom como agente ajuntava as pessoas, dez as vezes pra fazer mutirão lá pro fulano, daí eles iam pra ajudar agente [...](Entrevistado B)</i>

Quadro04: Tipos de organização do trabalho coletivo na comunidade
 FONTE: PIBIC/PIB-SA/0032/2011-2012

É dentro dessa realidade que se desenvolve a gestão comunitária que, segundo Chaves (2001), deve ser compreendida a partir de um processo participativo de todos os atores sociais seja na negociação entre si, mas principalmente na partilha de responsabilidades para a construção de alternativas de melhoria de vida na comunidade. Assim, desenvolvem atitude de igualdade entre os comunitários desenvolvendo uma rede de relações que possuem forças políticas, culturais, sociais e econômicas.

Para o fortalecimento de um processo participativo, a identificação cultural é um elemento importante e necessário na gestão comunitária feita principalmente a partir da rede de ajuda mútua. Segundo Chaves (2001, p. 83) “[...] ela acontece quando todos os envolvidos têm oportunidade igualitária e alteridade para decidir os direcionamentos para o exercício democrático de negociação entre os atores, sem coerção, como prática de diálogo argumentativo”.

Neste sentido, a participação existente na Comunidade de Nossa Senhora do Livramento, caracteriza-se na prática cotidiana dos comunitários, nas suas relações sociais e socioculturais estabelecidas, seja na vizinhança, no compadrio entre outros. As lideranças comunitárias, em especial da Associação Comunitária, dispensam uma atenção na mobilização da comunidade em suas assembleias para que desta forma possa assegurar aos seus associados formas de participação democráticas.

De acordo com a presidente da associação, as decisões referentes à comunidade são feitas de forma coletiva antecedendo as ações. O principal meio de mobilização da comunidade para as reuniões e assembleias, que acontecem a cada três meses no Centro Social Comunitário, é a radiofonia conhecida como “voz comunitária” além de transmissão via oral entre os próprios comunitários para maior circulação das informações.

De acordo com Souza (2010) a participação é um aspecto fundamental para a ação comunitária e para que exista cooperação, este processo depende da exigência de contradições, problemas e interesses comuns de diferentes grupos. Esta está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento de uma comunidade, que só pode acontecer a partir da capacidade criadora do homem de superar não só as barreiras naturais, assim como a superação das barreiras sociais que impossibilitam a participação nas definições e operacionalização dos objetivos sociais e de usufruir do progresso social.

Essa conjuntura pode ser visualizada no contexto da comunidade de Nossa Senhora do Livramento a partir da influencia da criação da Reserve de Desenvolvimento Sustentável do Tupé nas formas de organização da comunidade, bem como, na participação dos comunitários. Desde então, muitas problemáticas vem sendo vivenciadas pelos moradores, principalmente quanto às restrições no uso dos recursos naturais da área dificultando sua reprodução socioeconômica, sobretudo nas formas de atividades produtivas para garantir a subsistência familiar e comunitária. O estabelecimento da RDS impõe várias mudanças em diferentes aspectos na comunidade, entre os quais reflete em sua organização. Esse fato tem influenciado diretamente na participação dos comunitários nas tomadas de decisões da Associação. Como se pode observar no relato a seguir:

[...] hoje acontece as reuniões de três em três meses na comunidade, como acontecia antes da RDS do mesmo jeito. Não mudou. A participação aumentou nas reuniões porque antes da RDS dava pouquíssimas pessoas e hoje agente convida a sede da associação lota de pessoas [...](Entrevistado E)

Essa realidade pode também ser visualizada a partir do expressivo dado de que 72% dos informantes da pesquisa têm assiduidades nas atividades de cunho coletivo, principalmente reuniões comunitárias. Assim, a associação comunitária tem sido vista pelos seus membros como uma forma de participação para o seu reconhecimento enquanto cidadãos de direitos, bem como para ter acesso aos mesmos, mas também como uma forma de organização em busca de transformação da realidade e problemáticas enfrentadas: [...] a minha participação é importante porque está sempre junto a associação é ter acesso a direitos, lutar por melhorias da comunidade [...] (Informante, A).

Este fato tem relevância, pois vem incidindo diretamente sob a organização sociopolítica da comunidade no aumento da participação dos comunitários nas reuniões e assembleias das associações, assim como nas consultas públicas¹³ realizadas pelo poder público para reivindicações e reconhecimento da cidadania destes atores sociais. Outrossim, tem ocasionado o reconhecimento da força social desses sujeitos coletivos junto ao IBAMA, SEMMAS, Prefeitura Municipal de Manaus, IPAAM, e outras instituições ambientais governamentais. Isto tem contribuído para o fortalecimento e amadurecimento da organização comunitária da comunidade de Nossa Senhora do Livramento.

Esta conjuntura está retratada na perspectiva de Gohn (1999) como um processo de obtenção de consciência enquanto sujeitos sociais dos quais são portadores de direitos e deveres na sociedade contemporânea, e quando estimulados a lutar por determinadas

¹³ A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), através do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), realizou uma Consulta Pública no dia 10 de dezembro de 2011, das 8h às 15h, no Núcleo de Conservação e Sustentabilidade Samsung, na Comunidade Três Unidos – APA Margem Esquerda do Rio Negro Setor Aturiá – Apuazinho, cujo objetivo foi apresentar as propostas de limites para o Parque Estadual de Rio Negro Setor Sul e Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Cuieiras em área desse município e colher subsídios para definir a localização, a dimensão e os limites mais adequados para as unidades. Esta atividade foi acompanhada pela acadêmica por meio de sua participação no projeto de extensão “Oficinas sócio-educativas na RDS do Tupé: construindo as bases para o Plano de Manejo nas comunidades de Livramento, Agrovila e Julião”, no período de 02/09/2011 a 10/12/11.

questões, leva simultaneamente à organização de um grupo. Este processo não se dá espontaneamente e dele participam vários agentes.

Assim, vários autores (SCHERER-WARREN, 1993; GOHN, 1999; BINDÁ, 2003) destacam que esse processo de construção da cidadania acontece concomitantemente com o reconhecimento do próprio indivíduo dentro de uma realidade contraditória e desigual, inserido-o na luta e acumulando experiências para transformação do presente. É um processo interno que constrói novos sujeitos históricos através do processo de identidade político-cultural que a lutas cotidianas geram.

É importante ressaltar que este fortalecimento da organização da comunidade ainda encontra-se em um processo de amadurecimento, pois com o estabelecimento da RDS do Tupé, em 2005, estas populações vêm se mobilizando em defesa de suas práticas socioculturais, uma vez que o Plano de Manejo da Reserva¹⁴ até o presente momento ainda encontra-se em elaboração/atualização pelo órgão gestor – SEMMAS. Este episódio tem exigido dos comunitários uma delegação de lideranças para representação nas discussões sobre os assuntos referentes à comunidade e a própria unidade de conservação no âmbito externo. Contudo, não inviabiliza que a comunidade, sempre que possível, dialogue e reivindique junto às instituições governamentais seu reconhecimento enquanto sujeitos de direitos residentes em uma área protegida.

Portanto, podemos considerar que a Comunidade de Nossa Senhora do Livramento encontra-se inserida num processo de construção da cidadania coletiva, e assim, expressando uma organização sociopolítica que tem em sua experiência cotidiano buscado identificar os interesses da comunidade e elaborar estratégias e táticas de enfrentamento das demandas

¹⁴ Segundo a Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, conhecida como SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) que trata da criação e gestão das Unidades de Conservação do Brasil, no seu Art. 27 fala acerca que as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo, destaca no inciso § 3º que o Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação

postas na contemporaneidade. Este momento demarca uma postura coletiva na luta por bens de consumo coletivo da comunidade, organizam-se para a obtenção e acesso a bens e serviços enquanto um direito social, o que tem legitimado a sua organização comunitária.

4.3. Caracterização das relações socioculturais da comunidade de Nossa Senhora do Livramento

Durante a pesquisa, principalmente na fase da pesquisa de campo, buscou-se identificar aspectos que pudessem caracterizar o modo de vida da comunidade, e o estabelecimento de suas relações socioculturais e sociopolíticas. Procurou-se entender a comunidade enquanto um espaço plural que vai além de sua dimensão política e econômica, mas, sobretudo em seus aspectos "socioculturais, permeados por relações de parentesco étnicas, de gênero, de compadrio, de vizinhança." (Esterci, 1994 apud Rodrigues 2001), pois é partir do estabelecimento dessas diversas relações que são também determinadas relações sociopolíticas.

Para o entendimento das relações socioculturais e políticas dentro desse espaço é necessário à definição conceitual de comunidade. Assim, de acordo com Chaves (2001), a partir das Ciências Sociais caracteriza-se de modo geral em compreender as esferas sociais, cultural, política e econômica da realidade, sendo composta por um conjunto de relações de produção e político-organizativos dos homens entre si e com natureza. No entanto, a autora vai mais além ao considerar o conceito da própria "comunidade" enquanto um espaço de construção das identidades sociais, de projetos comuns, mas também de manifestações da diversidade.

Neste sentido, atualmente a comunidade é apresentada como sendo um lugar de vida tranquila, bom para morar, afastada de violência, e poluições contidas nos grandes centros

urbanos. Os relacionamentos entre os comunitários são caracterizado pelos informantes como sendo de amizade: [...] olha graças a Deus eu não tenho inimigo, tai uma amiga que me conhece muito bem, eu graças a Deus não tenho inimigo, todo mundo gosta de mim, graças a Deus que eu sei levar minha vida com todos eles [...] (Informante A). Mas, não podem ser percebidos somente por essa ótica, é possível perceber que embora estabeleçam tal tipo de relação ela não acontece de forma homogênea e harmoniosa, mas abriga também uma serie de divergências e tensões internas “[...] e adoro todo mundo ali porque foi o começo da comunidade e agente ta lutando pra ver se vai pra frente, porque é como eu digo muitos querem união, mas muitos não querem, querem destruir, aí não á certo [...]” (Informante A).

A comunidade de Nossa Senhora do Livramento, estabelece vários tipos de atividades desenvolvidas coletivamente, nas quais estão aliadas a organização cultural, sendo que 90% dos informantes participam. Entre as principais estão: roças, festa religiosas, mutirões, pescaria, grupos de produção e festas comemorativas, reuniões, esporte, ações voluntárias. Vale ressaltar que estas formas de organização sociopolítica e cultural já citadas anteriormente se desenvolvem no âmbito comunitário de forma conjunta.

Entre os que participam das atividades, 72% dos informantes possuem assiduidade na frequência, e 22% dizem que participam somente quando são convidados: [...] as vezes participa, outras vezes não participa porque tem outras atividades pra fazer mas, quando é chamado participa [...] (Informante B).

- Festas comemorativas

As comemorações são atividades coletivas que acontecem com bastante frequência na comunidade, entre as principais comemorações estão: a festa da Padroeira Nossa Senhora do Livramento, festas evangélicas, festival folclórico, aniversário da comunidade, dia do

índio, semana da pátria, festa dos canoieiros, festa junina, dia dos pais, dia das crianças, dia das mães, aniversário da associação, festa de fim de ano, feira cultural e torneios.

[...] Olha, nós temos a festa dia 5 de maio, 12 de maio que a festa de aniversário desta associação de moradores tá, e ela tá fazendo este ano 24 anos e ano passado nós fizemos e festa e este ano estamos pretendendo fazer a festa né. Então temos também a festa do índio na comunidade, que é outra associação que é a Associação Indígena dos Povos Bares, então acontece dia 28 e 29 de abril né as festas comemorativas. E temos também a festa de Nossa Senhora do Livramento que começa dia 15 de agosto e é uma semana de festa também. Essas são as festas que nós comemoramos na comunidade. (ENTREVISTADO E)

Estas atividades comemorativas são organizadas pelas lideranças comunitárias juntamente com seus respectivos representantes na comunidade (pastores, agentes de pastorais, professores e lideranças formais e informais) e são consideradas uma das principais formas de relações intercomunitárias. De acordo com Lira (2011) essas relações tende a fortificar os laços de amizade e solidariedade entre os grupos familiares.

- Práticas Religiosas

[...] Aqui é o cristianismo, as igrejas cristã. Temos aqui várias igrejas, temos aí católica, que é a maior em numero de pessoas que assisti as missas, temos aí a assembleia de Deus, temos aí a igreja do sétimo dia que é a adventista, temos a igreja Deus é Amor tem muita igreja aqui na comunidade, eu costumo dizer que se for por falta de igreja aqui na comunidade ninguém vai pro inferno [...] (ENVISTADO C)

A comunidade é considerada uma comunidade cristã Católica, tendo em vista a historia de fundação da comunidade, e pelo nome a qual recebeu “Nossa Senhora do Livramento”. No entanto, na comunidade durante a pesquisa, foi possível observar a presença de várias igrejas principalmente cristãs evangélicas. Segundo a líder da associação comunitária existem sete igrejas presentes na comunidade: a) Cristãs Evangélicas: Assembleia de Deus, Igreja Pentecostal, Deus é Amor, Igreja da fé, Igreja Batista. Adventista do Sétimo Dia, b) Cristãs Católicas: Igreja de Nossa Senhora do Livramento.

Contudo, é possível observar divergências entre as entidades de ordem religiosas na comunidade, evangélicos e católicos, [...] quando tem reunião na igreja agente vai, festinha dos dias das mães agente vai, é legal olha porque todo mundo sai satisfeito, e da igreja

católica num demora lá está bolo, tão brigando, tão brigando [...]. Segundo os moradores a causa é acusações entre si de afastarem seus participantes, principalmente as igrejas mas recentes na comunidade.

- Atividades de esporte e lazer

As atividades referentes a esporte encontram-se entre as principais formas de atividades coletivas desenvolvidas no âmbito comunitário, como uma maneira de estabelecer relação entre os moradores, independente de gênero ou faixa etária: [...] Aqui o que predomina 80% é esporte, aqui mulher joga bola, homem joga bola e criança, aqui todos gostam de futebol [...] (Informante D). O esporte também é identificado nas falas dos informantes como uma das principais formas de lazer existentes.

[...] O nosso lazer aqui é mas direcionado pro futebol, eu sempre eu falo quando eu narro futebol que o que predomina na zona rural em termo de esporte é o futebol. Qualquer comunidade que você chegue lá tem um campinho onde é desenvolvido ali a prática do futebol e tem comunidade que diz assim: “olha o futebol aqui na comunidade é uma dos eventos que trás mais pessoas e anima as pessoas principalmente quando é narrado o futebol, dá mas animação”. Agente brinca com o pessoal, anima, eu costumo dizer que narrar dá mas emoção no futebol. (ENTREVISTADO C)

Outras práticas esportivas presentes na comunidade são identificadas pelos informantes, e consideradas tão importante quanto o futebol para desenvolvimento da comunidade. Elas são realizadas nas modalidades de torneios e envolve todos os comunitários da comunidade de Nossa Senhora do Livramento, e muitas vezes as comunidades vizinhas também participam.

Modalidades de torneios	F.a.	F.r (%)
Futebol	15	60
Voleibol	6	24
Arco e Flecha	1	4
Subida em Palmeiras	1	4
Corridas	1	4
Não especificou	1	4
Total	25	100%

Tabela 04: Modalidades de torneios
 FONTE: PIBIC/PIB-SA/0032/2011-2012

As festas comemorativas apresentadas anteriormente, também são consideradas como uma forma de lazer pelos comunitários, visto que nas programações constam torneios entre os times da própria comunidade e entre comunidades vizinhas e outras atividades que envolvem todos os moradores de Livramento.

De acordo com o entrevistado A, existem outras formas de lazer na comunidade como as reuniões em família que são feitas aos finais de semana com almoço e banhos na beira do rio [...] minha diversão daqui é quando meus filhos se reuni tudinho e vem pra cá, nós temos uma mesa muito grande ali então se agente faz uma comida aqui leva pra lá. Aí eles comem e quando acaba vamos tomar banho [...].

A comunidade possui várias praias que além de ponto turístico, também servem de lazer para a comunidade, tais como a Praia do Amor, Escondidinho, e Praia do Luciano. Os banhos são uma forma de diversão dos comunitários: [...] tem nossas praias quando o rio tá mas seco, temos nossas belíssimas praias, o Escondidinho são os lazeres que quando os turistas vem e vão pras praias [...] (Entrevistado D).

Dessa forma o rio é considerado uma referencia cultural para os ribeirinhos, tendo significado e simbologia construída na perspectiva sociocultural e histórica da relação com a natureza. (CHAVES, 2001; FRAXE, 2004)

4.4. Análise das formas de organização sociocultural e política como condicionantes da questão socioambiental na contemporaneidade na comunidade de Livramento.

A comunidade de Nossa Senhora do Livramento, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, tem sua particularidade por caracterizar-se no segmento das populações

ribeirinhas vivendo em agrupamentos comunitários com várias famílias ao longo dos rios desenvolvendo na sua organização sociocultural práticas e técnicas produtivas (roçado, caça, pesca e artesanato) a partir dos conhecimentos herdados e aprimorados ao longo do tempo.

Tendo em vista a rica e exuberante biodiversidade encontrada no ecossistema da região e a emergência da questão ambiental enfrentada pela área, o poder público buscou uma política ambiental que visasse à proteção ambiental da região do Lago do Tupé. Desde 1990 a área vem sendo visibilizada como Área de Relevante Interesse Ecológico, que com o passar dos anos foi mudando de modalidade até ser instruída a Unidade de Conservação na modalidade de Reserva de Desenvolvimento Sustentável em 2005.

Considerando esse novo contexto, durante a pesquisa buscou-se identificar qual o conhecimento dos informantes acerca de Unidade de Conservação. Foi possível perceber que alguns, principalmente os moradores mais antigos da comunidade, afirmam nunca ter ouvido falar nesse termo, mas a maioria dos entrevistados declararam que sim. Nos discursos é possível observar que entre os principais conceitos apresentados estão relacionados a regras e a conservação o meio ambiente:

Categorias elaboradas a partir da análise	Transcrições de trechos das narrativas dos entrevistados sobre o conceito de Unidade de Conservação
Regras	<i>[...]aqui, que desde 2005 passou a ser área de reserva e de lá pra cá tem essas regras, antes dela passar a ser unidade de conservação eu diria que o pessoal vivia absoluto, por exemplo, quem queria botar roçado colocava as quadra que queria derrubava, pescava, vendia, e hoje me dia não pode mais fazer isso porque tem as regras. [...](Entrevistado C)</i>
Conservação	<i>[...]é conservar o meio ambiente onde agente mora, protegendo o habitat dos animais, não matando os bichos como os passarinhos, caça, esses bichos [...] (Entrevistado B)</i>

Quadro 05: Conceitos assimilados ao entendimento de Unidade de Conservação
 FONTE: PIBIC/PIB-SA/0032/2011-2012

Nessa perspectiva, procurou-se conhecer se os comunitários tinham conhecimento sobre a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé e todos responderam que sim, por meio de panfletos, reuniões da SEMMAS na comunidade, e por conversas entre os próprios comunitários. Quanto à criação sabem o ano porque já moravam na comunidade quando foi criada, mas ressaltam que a data precisamente de criação da reserva não é de conhecimento.

É importante destacar que, os informantes da pesquisa foram selecionados sob os critérios de pertencerem ao *locus* por no mínimo 6 anos, para que pudessem identificar a criação da reserva, conforme visto no Gráfico 04:

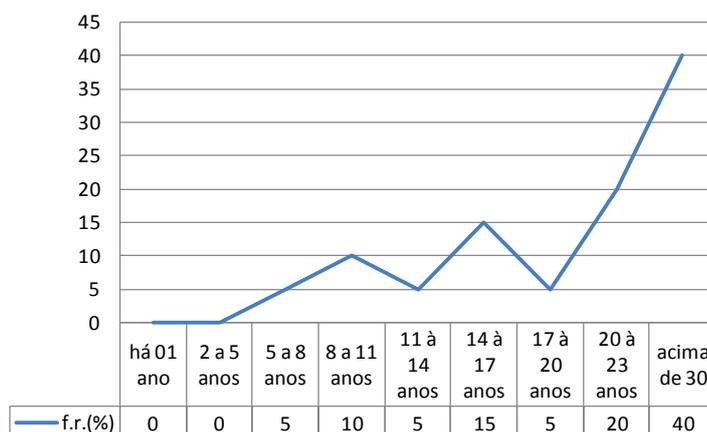


Gráfico 04: Tempo de moradia na comunidade
 FONTE: PIBIC/PIB-SA/0032/2011-2012

Desta forma, quando interrogados a cerca de sua participação em alguma reunião ou se consultado sobre a criação da RDS do Tupé foi unânime as respostas que afirmaram não terem sido consultados: [...] Não, nunca participei não[...] (Informante B); [...] não, aliás nem eu e nem os moradores, quando nós vimos à reserva já estava criada. [...] (Informante D).

De acordo com o Art. 5º da lei 9.985, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação é regido por diretrizes que assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação, desta forma entende-se que essas populações para que tenham uma participação efetiva, precisariam ter conhecimento

sobre o que é Unidade de Conservação, quando foi à criação da RDS e quais as consequências ocasionadas as seu modo de vida com sua criação.

Assim, várias transformações ocorreram, segundo informantes da pesquisa, no *modus vivendi* dos moradores da comunidade. É importante ressaltar que tais mudanças, não deram somente pela criação da reserva, mas, em parte pela sua proximidade ao centro urbano, pontos turísticos, assim como pelas dificuldades desses sujeitos em “precisar mudar” e assumir novas práticas na relação com a natureza, tendo em vista as restrições no uso dos recursos naturais, sobretudo, a partir do estabelecimento da RDS do Tupé. Essas transformações positivas e negativas são identificadas por 70% dos informantes conforme se pode visualizar abaixo:

Transformações Positivas	Transcrições de trechos das narrativas dos entrevistados
Limpeza	[...] a SEMUSP na parte da limpeza e orientando, colocando até mesmo um gari comunitário que mora aqui na comunidade, pra fazer parte dos trabalhos e quase diariamente ter as entidades com agente aqui orientado, fiscalizando, então acho que mudou [...] (Entrevistado C)
Visibilidade e Turismo	[...] eu diria que ficou mas assim de perto as entidades principalmente municipais, da prefeitura ficou mas de perto [...] Agora tá melhor, com a participação das entidades, o pessoal da televisão o pessoal do rádio, jornal escrito participa das festas e eu acho importante porque divulga os trabalhos realizados aqui na zona rural em se tratando de Livramento[...] (Entrevistado C)
Esporte e Lazer	[...]Aconteciam mas assim, criado pela própria comunidade, vamos fazer um evento aqui, vamos dar um prêmio para quem ganhar na canoagem, futebol de rua, corrida em distancia era assim, mas agora é promovido secretaria de esporte com apoio da associação comunitária [...] (Entrevistado A)
Festas e Comemorações	[...] elas todas sempre teve mas, não determinado os anos e os meses e o dia do mês, e agora tudo é organizado, por exemplo a festa daqui da comunidade da associação de

	<i>moradores e agora de 05 de maio, da padroeira é dia 15, dos canoieiros é lá pro dia 22, 23 de julho, e a festa junina também que é em junho e julho [...](Entrevistado D)</i>
--	--

Quadro 06: Relação de transformações positivas nas atividades no âmbito comunitário
 FONTE: PIBIC/PIB-SA/0032/2011-2012

Transformações Negativas	Transcrições de trechos das narrativas dos entrevistados
Fiscalização	<i>[...]É porque o povo que tem roça lá dentro eles não pode plantar, aqueles que tiravam madeira pra vender e mesmo pra fazer sua casa não pode porque tem que ter autorização da SEMMAS, que ele não pode chegar lá mesmo que seja dentro do seu terreno ele não pode derrubar uma árvore pra si mesmo sem ter a autorização SEMMAS, isso aí eu acho que mudou isso aí, porque antigamente eles não precisava da autorização, mesmo pra fazer sua casa com a madeira dentro do seu terreno você podia derrubar e tirar e agora não sendo dentro do teu terreno pra fazer a tua casa tem que ter a autorização da SEMMAS [...](Entrevistado D)</i>
Subsistência	<i>[...]Não desenvolve tanto porque não tem como se desenvolver, eu sempre digo assim, depois que se passou a ser reserva ficou assim com as normas, e as normas prenderam um pouco as pessoas de desenvolverem certas atividades de sobrevivência. Aqui o pessoal vivi como caseiro, outros trabalham na escola, outro trabalham no posto, outros são aí gari, outro moram aqui mas passam a semana morando em Manaus [...](Entrevistado D)</i>
Atividades produtivas	<i>[...] Os agricultores produzem e trazem pra vender aqui na própria comunidade, então vais mantendo, tirando suas licenças pra fazer seu roçado, porque tu sabes como é RDS. Então os produtores que produziam muito não produzem mas muito, porque tem que tirar licença pra fazer um roçado de 50x50 de quem fazia de 100x100. Então nós temos que respeitar a legislação [...](Entrevistado E)</i>
Moradia	<i>[...] Olha ficou muito difícil. Aqui ninguém pode mais colocar uma roça, ninguém pode tirar uma madeira, até pra casa mesmo, se for tirar tem que ir pedir do homem que é encarregado, ai ele ainda vem pra gente amostrar qual é o pau que a agente vai derrubar, as vez nem dar e precisa ir lá de novo [...](Entrevistado A)</i>

Quadro 07: Relação de transformações negativas nas atividades no âmbito comunitário
 FONTE: PIBIC/PIB-SA/0032/2011-2012

Entre as principais alterações visibilizadas pelos comunitários estão principalmente nas práticas socioculturais, relacionadas às atividades produtivas da comunidade: caça, pesca, agricultura e retirada de madeiras para venda e construção de casas. Essa realidade tem incidido negativamente, segundo os informantes, na geração de renda dos comunitários.

[...] foram impedidos, como por exemplo tirar madeira para vender, isso não existe mais, tira madeira pra fazer suas casinhas, tira uma areia pra fazer os baldão de suas casas, pode caças só pra consumo local, não pode mais tirar para vender madeira, caça pra vender, por exemplo pra você colocar um roçado precisa tirar licença. Eu quero colocar um hectare de terra tem que ir lá no IBAMA, alias, vai lá na SEDEMA e tira autorização par colocar um hectare de terra [...]. (ENTREVISTADO C)

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé tem sido percebida pelos moradores da comunidade relacionada principalmente com suas proibições, esse fator tem dado grande visibilidade a UC e foi a principal forma de identificação dos comunitários que eles estão morando em uma reserva. Desta forma, as proibições têm sido vistas pelos informantes com grande repudio, pois tem lhes impedido parcialmente a reprodução sociocultural e econômica.

Assim, as normas são aceitas com certa parcialidade pelos comunitários, pois entendem a necessidade de conservação da natureza, não somente pelas comunidades, mas, por todas as pessoas que mantêm contato com a área, sejam as comunidades de entorno da RDS ou visitantes devido sua proximidade a Manaus/AM, [...] de certo ponto concordo porque a reserva ela serve também de certo ponto pra você proteger os animais [...] (Informante B). Todavia, não concordam com as proibições porque na visão dos moradores da comunidade tem impedido os comunitários de sobreviver dentro da própria reserva [...] muito difícil, agente morar no interior e não plantar nada, é melhor não morar. Agora eu digo assim, se por acaso, que a gente vivia de carvão, se por acaso nós não fossemos aposentados de quê que é que agente ia viver? [...] (Informante A)

Neste sentido a RDS do Tupé tem imposto novas demandas aos comunitários, entre elas podemos observar a questão de licenças junto aos órgãos governamentais para o plantio da agricultura e criação de animais que tem sido trabalhada pelos comunitários com muita dificuldade devido a demora, o processo burocrático de documentações a qual não estão acostumados e custo financeiro que tem para conseguir as documentações necessárias e para o descolamento até os órgãos competentes: [...] então agente não pode mas pescar, agente não pode botar uma roça, e nem tirar uma árvore. Poder, pode mas, só que tudo tem que ter licença. E por causa disso muitos não têm condições de ir a Manaus e por causa disso muitos não põem o seu produto [...] (Informante C).

Outra demanda colocada a comunidade de Nossa Senhora do Livramento é quanto sua organização sociopolítica, que tem lhes exigido maior participação nas reuniões da associação de moradores, assim como nas audiências e reuniões realizadas pelo poder público na RDS, para reivindicações e exercício da cidadania, no sentido de garantir a continuidade no uso dos recursos naturais de forma tradicional uma vez que o plano de manejo da reserva ainda não foi apresentado para as comunidades.

Tendo em vista residirem dentro de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, constatou-se que os comunitários entrevistados não conseguem perceber até o presente momento benefícios ocasionados com a criação da UC. Dos informantes entrevistados, somente um conseguiu identificar um benefício [...] Olha um dos benefícios que trouxe é que nós não tínhamos coleta do lixo, e com a criação da RDS, tu sabes que tem que conservar, tem que limpar, então nós temos um gari comunitário que faz esta coleta, essa limpeza e isso é um dos benefícios. [...] (Informante C). É importante destacar que, de acordo com os comunitários, uma balsa da Secretaria Municipal de Limpeza Pública passa nas comunidades

recolhendo os lixos reunidos pelo gari comunitário, contudo no período de vazante do rio a balsa não realiza periodicamente a coleta.

A comunidade de Nossa Senhora do Livramento é uma comunidade rural da cidade de Manaus e por isso mantém muitas ligações peculiares no cotidiano por estarem tão próximas: [...] outro moram aqui, mas passam a semana morando em Manaus só vem aqui no final de semana porque deixa família, os filhos tem que ir pra aula, mulher fica em casa tomando conta da casa e o marido passa a semana pra lá, outros vão trabalhar todo dia, vão e volta, é assim [...] (Informante D). Todas essas circunstâncias fazem com que alguns comunitários, num total de 25% dos informantes, desejam sair da comunidade visando possibilidades de melhorias na qualidade de vida para seus membros, estudo e trabalho, declarando que com a RDS o crescimento da comunidade é bastante reduzido, ficando ainda mais com tantos controles. Esse fator relaciona-se principalmente as novas gerações que não tem como se manter na comunidade, viver do trabalho com a terra, vivenciando um processo indireto de expulsão por falta de condições para subsistência.

No entanto, embora com todas as dificuldades, problemáticas e alterações o modo de vida da comunidade 75% dos informantes não desejam sair do local em que vivem, tendo em vista que “já possui toda historia e carinho pela comunidade”, “porque é um lugar bom pra se viver, tranquilo”, “não gosta da cidade”, “porque aqui vive melhor, é calmo, pode criar os filhos melhor”. Essa realidade tem haver com a identidade sociopolítica e cultural que esses moradores desenvolvem com o local.

Desta forma, diante do exposto, é importante conhecer e discutir as particularidades, das populações tradicionais residentes em UC, entendendo de acordo com Diegues (2004) e Chaves (2001) que os aspectos socioculturais relacionam-se determinantemente com o modo

de produção característico de pequena produção para a subsistência, determinante nas formas de organização sociopolítica no âmbito comunitário.

Neste estudo entende-se que a Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma modalidade de Unidade de Conservação que abriga populações tradicionais que baseiam-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos e adaptados ao longo de gerações, esses sujeitos desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (SNUC, 2000). Tendo em vista estes princípios, a comunidade de Nossa Senhora do Livramento requer implementação de um conjunto de medidas que possam lhes possibilitar a subsistência, continuidade de reprodução sociocultural e sobrevivência dentro de uma área de conservação.

Portanto observa-se a necessidade de políticas socioambientais dentro das unidades de conservação na Amazônia, particularmente, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, que visem à sustentabilidade da população residente e lhes possibilitem a permanência em seu território, respeitando o seu modo de vida, suas relações socioculturais e políticas. A participação social durante esse processo é fundamental para reconhecimento da cidadania e valorização das populações tradicionais da região. Essa realidade tem levado a comunidade ao fortalecimento de seus laços e vínculos junto aos comunitários e se manifestado com sua organização política para o reconhecimento de sua cidadania e condições de acesso a bens e serviços sociais.

É relevante destacar que as questões socioambientais na contemporaneidade têm incidido sobre o processo de organização sociopolítica da comunidade, uma vez que essa é resultante de determinantes estruturais, sociohistoricos, e relações sociais estabelecidas no cotidiano. Neste sentido, a organização sociopolítica da comunidade de Nossa Senhora do Livramento não pode ser visualizada somente como práticas coletivas, mas também como um

processo de constituição de força política vinculada às formas de relações socioculturais no âmbito comunitário, que por meio da dinâmica cotidiana que fortalece sua participação diante das associações, sindicato, clube de Mães e outras para o enfrentamento das problemáticas no âmbito interno ou externo do contexto comunitário o que legitima ainda mais a organização sociopolítica comunitária pela defesa de interesses comuns.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio que se apresenta é de se pensar alternativas de construção de uma política de desenvolvimento viável, do ponto de vista sociocultural e político-organizativo, que incorpore as demandas das populações tradicionais existentes na região; [...] considerando os conhecimentos acumulados em sua trajetória histórica. (Silva *et al*, 2010)

O desenvolvimento da questão ambiental tal como se apresenta na atualidade é resultado de um processo de transformação da natureza em fonte de lucros. É certo que esta se desenvolve dentro das contradições do capitalismo contemporâneo, onde na medida em que há expansão do modo de produção do sistema capitalista, também ocorre o agravamento da questão social, e concomitantemente da questão ambiental. (LEFF, 2007; SILVA, 2010)

É certo que a degradação da natureza levou a sociedade a refletir, discutir e buscar alternativas de enfrentamento da degradação ambiental. Esse fato ficou visibilizado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente – Rio 92, que entre várias discussões e medidas importantes tomadas, ainda apresentou e difundiu a noção geral de desenvolvimento sustentável que vem perdurando até hoje.

É importante destacar que toda essa realidade impõe uma questão, com implicações na vida cotidiana da humanidade, faz-se necessário repensar a relação homem-natureza, e uma forma superação do modo de vida da sociedade atual, e isso significa em um novo sistema produtivo diferenciado da lógica capitalista.

Desta forma, o “desenvolvimento sustentável” apresenta importante papel no que se refere a estratégias de ação para o enfrentamento das problemáticas ambientais. Vários estudos (Cavalcante, 1997; Castro, 1997; Chaves, 2006; Rodrigues 2009; Silva, 2010) apontam que é possível assegurar a conservação dos recursos naturais e manter seu uso racional, o qual pode tomar como exemplo a relação homem e natureza estabelecida pelas populações tradicionais, indígenas e não-indígenas da Amazônia.

Isso implica viabilizar a sustentabilidade sobre o prisma do ecodesenvolvimento, apresentadas por Sanchs apud Chaves (2006), que atenda as necessidades fundamentais das populações, dentro de cinco dimensões, que se complementam: sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade geográfica, e sustentabilidade cultural.

Desta forma, discutir a questão ambiental na Amazônia, em particular, tem conduzido ao debate sobre as Unidades de Conservação, no que concerne a Política Ambiental, como principal estratégia adotada pelo Estado para enfrentamento das problemáticas relacionadas à questão ambiental.

O estabelecimento de Unidades de Conservação na Amazônia tem sido um fato relevante na contemporaneidade. Contudo, a região apresenta particularidades não só quanto a sua riqueza natural, mas ainda quanto a sua diversidade sociocultural, que inclui às populações residentes nesta região. Segundo Chaves (2001) a Amazônia abrange uma diversidade de segmentos sociais, como extrativistas (seringueiros, castanheiros, caucheiros), ribeirinhos, pescadores artesanais e outros.

Essas populações que habitam determinadas áreas há décadas ou séculos, pois são várias gerações, na sua relação com a natureza, têm garantido não só a conservação do espaço natural, mas de acordo com Cavalcante (1997), asseguram o enriquecimento da biodiversidade dessas áreas por meio dos conhecimentos tradicionais. Os ribeirinhos são

considerados neste sentido, por Chaves (2001) e Fraxe (2004) referencia de vida na sua relação com a natureza.

Neste sentido, diante do contexto das problemáticas ambientais e das restrições com o estabelecimento de UC's, é necessário levar em conta as necessidade e condições básicas das populações residentes em áreas de conservação, bem como formas de defesa e valorização dos seus aspectos éticos, culturais, políticos, socioeconômico para sua sobrevivência. (SEKIGUCHI, 1997)

Em alguns casos, o estabelecimento de Unidades de Conservação não asseguram as populações locais condições de permanência e sobrevivência nas comunidades. É importante destacar que estudos (Castro, 1997; Chaves 2001, 2006; Diegues, 2004) assinalam o quanto é contraditório a expulsão dessas populações de suas áreas de moradia, embora que em alguns casos de forma indireta, já que são consideradas guardiões da natureza.

Nesse contexto, a Amazônia é marcada por um processo continuo de luta e de resistência das populações locais pela sua existência e continuidade de suas formas de organização sociopolíticas e culturais, emancipações políticas, direito de permanencia em seus territórios, reconhecimento de sua identidade cultural e o acesso a bens e serviços sociais. No entanto, a organização política das comunidades ribeirinhas na Amazônia vai mais além, articula-se com manifestações culturais, religiosas, atividades produtivas, sustentabilidade socioambiental, por meio de articulações e força dentro e fora da esfera comunitária (Chaves, 2001; Bindá, 2003; Barroso, 2010).

Assim, torna-se importante ressaltar conforme Lira (2011), que o Estado do Amazonas obteve grandes avanços no que diz respeito a as políticas ambientais, no entanto ainda é preciso superar as dificuldades percebidas nessas políticas em incorporar as demandas e especificidades das populações da região.

Dessa forma, observa-se a necessidade de políticas socioambientais dentro das Unidades de Conservação na Amazônia, particularmente, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé na comunidade de Nossa Senhora do Livramento, que visem à sustentabilidade da população residente e lhes possibilitem a permanência em seu território, respeitando o seu modo de vida, suas relações sociopolíticas e culturais.

Este estudo concentrou-se em discutir a dimensão socioambiental, sociopolítica e as práticas organizativas desenvolvidas no âmbito comunitário. Assim, entende-se que organização sociopolítica da comunidade é, em grande medida, determinada pelas práticas culturais desenvolvidas no seu âmbito. Vale ressaltar que, para os comunitários não existe essa distinção entre organização sociopolítica e cultural, ambas são desenvolvidas no âmbito da comunidade concomitantemente e encontram-se interligadas entre si.

Neste sentido, no caso específico da comunidade de Nossa Senhora do Livramento, foram identificados entre as formas de organização sociopolíticas formais: 02 (duas) Associações, 01 (um) Sindicato de Trabalhadores Rurais e 01 (um) Grupo de Mães, para além das organizações informais são desenvolvidas pelos membros da comunidade: mutirões, festas culturais e religiosas, e práticas esportivas. Em geral, a comunidade constitui sua organização a partir de relações sociais estabelecidas no próprio âmbito comunitário, como pode ser visualizado no esquema a seguir:

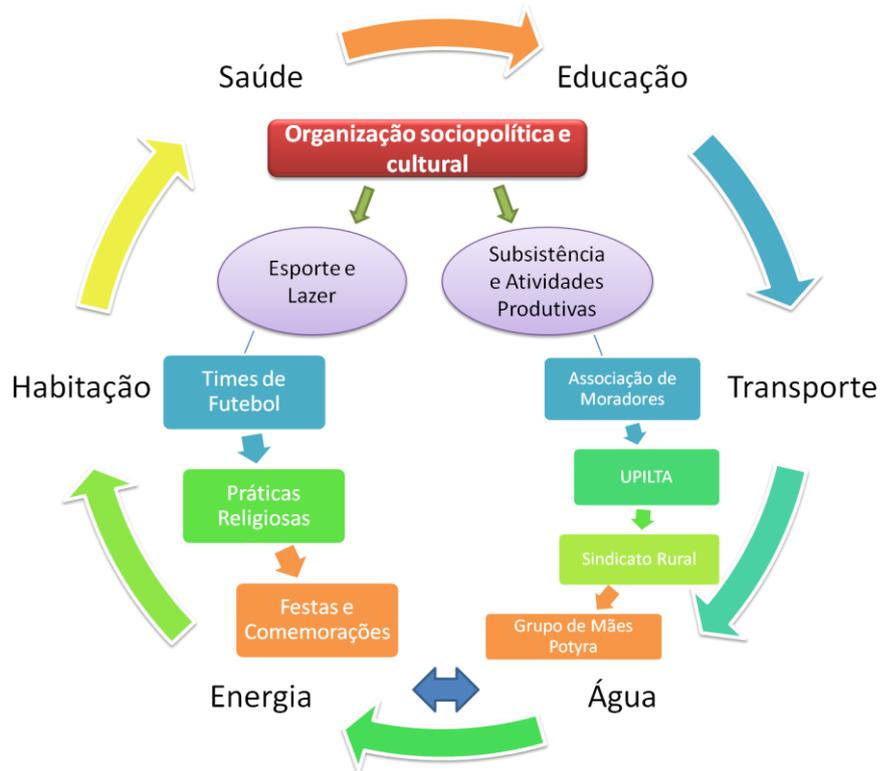


Figura 06: Esquema da organização sociopolítica e cultural da comunidade de Livramento
 FONTE: Pesquisadora, 2012

Assim, à medida que se estabelecem os problemas e dificuldades, os comunitários se organizam na busca de alternativas para enfrentamento e superação destes. Desta forma, a organização social no contexto ribeirinho se constitui como uma forma de mobilização social coletiva na busca de alternativas e estratégias para a melhoria das condições de vida.

Os resultados desta pesquisa apresentaram, no caso específico da comunidade de Livramento, que muitas mudanças vêm ocorrendo no modo de vida no âmbito comunitário. Deve-se ressaltar que estas transformações não ocorrem unicamente devido a emergência da questão ambiental e o estabelecimento da Unidade de Conservação de Uso Sustentável, mas também, pela presença de agentes externos tendo em vista sua proximidade ao centro urbano de Manaus/AM, o que tem levado turistas a visitarem a comunidade.

Diante dos inúmeros condicionantes, dentre eles o socioambiental, que incidem sobre o modo de vida da comunidade e suas organizações, foi possível identificar que entre as formas de organização sociopolíticas presentes no âmbito comunitário a Associação de

Moradores de Nossa Senhora do Livramento tem sido a principal forma de expressão, ou seja, “porta voz” das decisões, lutas e reivindicações dos comunitários junto aos espaços públicos.

Dessa forma é possível apreender nas organizações sociopolítica da comunidade as bases dos movimentos sociais, enquanto um espaço de reconhecimento e reivindicações pela cidadania.

Neste sentido, é importante salientar que, a partir dos resultados da pesquisa bem como dos projetos de extensão desenvolvidos junto aos comunitários, identificou-se a necessidade e a relevância do Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, tendo em vista que este ainda não foi concluído e divulgado para os próprios moradores do local. É somente com a implementação deste plano que será possível estabelecer as normas de uso e restrições das ações desenvolvidas quanto manejo dos recursos naturais da UC pelos moradores, e também as medidas para promover a integração da UC à vida econômica e social das comunidades, garantindo condições de subsistência para as famílias.

Sendo o plano de manejo, segundo SNUC (2000) um documento elaborado a partir de diversos estudos incluindo diagnósticos do meio físico, biológico e social. A pesquisa aponta a necessidade de repensar os meios de participação dos comunitários na construção desse documento, não só através de representantes ou líderes, mas de todos os moradores da comunidade, para que possam consolidar no Plano de Manejo estratégias de conservação da natureza juntamente com a continuidade de sua reprodução sociocultural e econômica.

Durante a análise dos resultados, o estudo possibilitou traçar as seguintes considerações a cerca das formas de organização sociopolítica e cultural como condicionantes das questões socioambientais na contemporaneidade na comunidade de Nossa Senhora do Livramento:

- a) A organização comunitária se estabelece principalmente para reivindicação de direitos sociais, acesso a bens e serviços sociais, melhoria na qualidade de vida, e superação de problemas de infraestrutura presentes na comunidade;
- b) A organização social também tem sido entendida como uma forma de luta para o reconhecimento sociocultural dos comunitários, e, sobretudo, seus direitos de continuidade e condições de reprodução no local em que vivem;
- c) A organização sociocultural e política da comunidade perpassam as superações de determinantes internos, no âmbito da dinâmica cotidiana comunitária, bem como de enfrentamento de agentes externos, como no caso do estabelecimento da RDS, nas reivindicações pela efetivação de seus direitos e meios para atendimento das necessidades básicas;
- d) A participação social tem levado a comunidade ao fortalecimento de seus laços e vínculos junto aos comunitários proporcionando um processo de amadurecimento e fortalecimento de sua organização política, bem como de legitimação junto aos seus membros;
- e) Com as normas impostas pelo estabelecimento da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, esses atores tem se organizado e lidado com novas demandas com certa dificuldade, porém a comunidade tem apresentado resistência, no que concerne a sua identidade sociocultural e a continuidade do desenvolvimento de suas práticas cotidianas;

Desse modo, é possível sinalizar alternativas para o enfrentamento da realidade encontrada na comunidade. Primeiramente, por se tratar de uma comunidade ribeirinha, deve-se considerar que no âmbito comunitário desenvolve formas específicas de organização sociopolítica e cultural, dentro de uma relação com a natureza de sustentabilidade, e muitas outras práticas e conhecimentos tradicionais que lhes são repassados entre e por gerações,

respeitando o patrimônio cultural e natural do qual dependem. Neste sentido, é necessário ampliar o debate sobre o modo de vida dessas populações, suas formas de organização e a sustentabilidade de suas práticas socioculturais dentro de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, como a RDS do Tupé.

Portanto, a participação social, é aqui entendida como um exercício coletivo da tomada de decisões e da gestão das ações, sendo um processo de expressa conscientização, organização e capacitação contínua da população ante sua realidade social concreta (Souza, 2010), se torna indispensável para o exercício da cidadania desses comunitários. Contudo, somente é possível mediante:

- A formalização de uma associação ou outras organizações comunitárias presentes na comunidade para reivindicar direitos constitucionais junto aos poderes públicos, propor melhoria na qualidade de vida dos comunitários por meio de recursos para projetos, programas, planos e convênios e assim, possam usufruir de benefícios e ter acesso a direitos sociais assegurados em lei;
- Participação social nos fóruns, reuniões, consultas, audiências que sejam para tomada de decisões quanto a medidas que incidam no modo de vida da comunidade;
- Difusão do Plano de Manejo da reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé para os comunitários;

Estas alternativas são possíveis por meio de elaboração e distribuição de materiais didáticos coerentes com a linguagem dos usuários, assim também como oficinas, palestras com a comunidade, além de um Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé que contemple a garantia da conservação da natureza e da melhoria das condições de vida das populações residentes nesta área.

Dessa forma, durante o processo de investigação foi possível o amadurecimento teórico e prático a cerca das categorias questão socioambiental e a organização sociopolítica, no âmbito da profissão do serviço social. Assim, possibilitou uma nova apreensão da realidade pesquisada, principalmente sobre a questão social no contexto da região Amazônica, especificamente das populações ribeirinhas, em que ha necessidade do entendimento da questão socioambiental como uma das expressões das desigualdades sociais na contemporaneidade.

Deste modo, em que pese seus limites, o trabalho assume relevância social e acadêmico-científica por constitui-se de dados para os debates em diferentes fóruns em âmbito regional e nacional sobre a questão socioambiental, organização sociopolítica, relações socioculturais, unidade de conservação e desenvolvimento sustentável das populações ribeirinhas amazônicas, contribuindo no processo de (re)pensar políticas públicas que atendam essas populações amazônicas. É importante destacar que os resultados desta pesquisa foram aprovados e apresentados em três eventos científicos a nível internacional e nacional confirmando sua relevância.

6. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Nº	Descrição	Ago 2011	Set	Out	Nov	Dez	Jan 2012	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1.	Pesquisa Bibliográfica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X						
2.	Definição dos sujeitos da pesquisa		X															
3.	Elaboração dos instrumentos de coleta de dados		X	X														
4.	Apresentação Oral Parcial				X													
5.	Elaboração do Relatório parcial					X	X											
6.	1ª viagem ao <i>locus</i> da pesquisa/ (re) conhecimento dos informantes chaves		X															
7.	2º viagem/ Aplicação dos Formulários				X				X									
8.	3º viagem/ Aplicação entrevista semiestruturada							X			X							
9	Sistematização dos dados										X							
10	Montagem do Banco de Dados										X	X						
11	- Elaboração do Resumo e Relatório Final												X	X	X			
12	- Preparação da Apresentação Final para o Congresso																	X

7. FONTES E REFERENCIAS

ABREU, M. J. P. **Subsídio sobre Associativismo**. In: Organização comunitária e Política Pública. Cartilha elaborada para reflexão e estudo das comunidades do Lago do Mamiá, no Município de Coari. Manaus: Mutirão da Águas, 2007. p. 20-24

AGUIAR, J. de O. de S. *et al.* **Histórias e Memórias: Comunidade de Nossa Senhora do Livramento**. Manaus: Acisam, 2007.

ARRUDA, R. **"Populações 'Tradicionais' e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação"**. In: Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Vol. 1. Conferências e Palestras. Curitiba: Brasil, 1997. p. 262-276

BARROSO, S. C. **Organização Sociopolítica nas Comunidades Ribeirinhas de Maués**. Tese de Doutorado. Manaus: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS/UFAM, 2010

BENCHIMOL, S. **Amazônia: formação social e cultural**. Manaus: Editora Valer/Universidade Federal do Amazonas, 1999.

BINDÁ, F. M. L. **Estudo da Organização sociopolítica das Comunidades Ribeirinhas do Rio Unini no Parque Nacional do Jaú**. Manaus: Dissertação apresenta ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia /UFAM, 2003.

BRASIL. 2000. Lei 9.985/00. **Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza**. 2000

_____. **Lei Complementar nº 53/2007 de 05/06/2007**. REGULAMENTA o inciso V do artigo 230 e o § 1.º do artigo 231 da Constituição Estadual, institui o SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – SEUC.

BRITO, M. C. W. **Unidade de conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000

CAVALCANTE, C. (Org). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997.

CASTRO, E. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais**. In: CASTRO, Edna; PINTON, F. (Orgs). Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejusp/UFPA-NEA, 1997.

_____. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais**. IN: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). ETNOCONSERVAÇÃO: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Editora Hucitec, 2000

CHAVES, M. do P. S. R. **Uma Experiência de Pesquisa-ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá**. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP/CIREN, 2001.

_____ ; Rodrigues. D. C. B. **Desenvolvimento Sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo.** In Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 8, N. 13, p. 99 – 106, Set. 2006.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 2001

DIEGUES, A. S. **O mito da natureza intocada.** 3.ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

_____. **Etnoconservação da Natureza: enfoques alternativos.** IN: DIEGUES, Antonio Carlos (Orgs). **ETNOCONSERVAÇÃO: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Editora Hucitec, 2000

DINIZ, E. **Crise, Reforma do Estado e governabilidade no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez 2001.

FRAXE, T. de J. P. **Cultura cabloca-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidades.** São Paulo: Annablume, 2004.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1989

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010

GODARD, O. **O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual.** In CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Orgs). **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente.** Belém: Cejusp/UFPA-NEA, 1997.

GOHN, M. da G. (org). **Movimentos Sociais no início do século XXI: Antigos e novos atores sociais.** 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. **Movimentos Sociais e Educação.** 3 ed. São Paulo, Cortez, 1999.

IANNI, O. **A questão social.** In: A ideia do Brasil Moderno. São Paulo: Brasiliense, 1992.

IMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 10ª Edição. São Paulo, Cortez, 2009.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** Tradução de Sandra Valenzuela. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** 4ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

LIRA, T. de M. **Transformações no *modus vivendi* de Vila Darcy com a implementação da Floresta de Maués/AM.** Dissertação. Manaus-Am: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas, 2011

MARTINS, J. de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** Petrópolis –RJ: Vozes, 1990.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretações de dados.** 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

MEDEIROS, R. **A política de criação de áreas protegidas no Brasil: evolução, contradições e conflitos.** Anais do IV Congresso Brasileiro de Unidades Conservação, vol. 1. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza & Rede Pró Unidades de Conservação, 2004.

_____. **Evolução das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil.** IN: Revista Ambiente e Sociedade v. IX, n.1, jan./jun., p.41-64, 2006

MINAYO, M. C. de S. (ORG.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MONTAÑO, C. **Estado, classe e movimento social.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da ‘questão social’.** IN: Revista Temporalis. nº03, Brasília, 2001.

Prefeitura Municipal de Manaus – PMM. **Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé.** Manaus: Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008

RODRIGUES, D. C. B. **A Relação homem – natureza nas formas de uso e propriedade de Terra na Amazônia.** Dissertação de Mestrado, PPGSCA, Amazonas 2001

_____. **Estudo para identificação de mecanismos de proteção aos conhecimentos das populações tradicionais: estudo de caso das comunidades Ebenezer e Mucajá em Maués/AM.** Tese. Manaus – AM: Programa Multi-Institucional de Pós-Graduação em Biotecnologia – PPGBIOTEC. Universidade Federal do Amazonas, 2009.

RYLANDS, A.B. e Pinto, L.P.S. **Conservação da biodiversidade na Amazônia brasileira: Uma Análise do Sistema de Unidades de Conservação.** Rio de Janeiro: Cadernos, Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável-FBDS, No. 1,1998.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais.** 3ª edição – São Paulo: Ed. Loyola 1993.

_____. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica.** 3ª edição – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1989.

SEBRAE. **Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas. Cultura da Cooperação.** Disponível em:<
<http://www.sebraemg.com.br/culturadacooperacao/associacoes/05.htm>>

SEUC. **Sistema Estadual de Unidades de Conservação.** Lei Complementar nº 53/2007 de 05/06/2007. REGULAMENTA o inciso V do artigo 230 e o § 1.º do artigo 231 da Constituição Estadual, institui o SISTEMA ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - SEUC, dispendo sobre infrações e penalidades e estabelecendo outras providências.

SILVA, M. P. *et al.* **Análise das formas de trabalho na comunidade ribeirinha de Mucajá com a implantação da Floresta Estadual de Maués/Am.** II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte 13 a 15 de Setembro de 2010 - Belém (PA). Disponível em < <http://www.sbsnorte2010.ufpa.br/site/anais/ARQUIVOS/GT8-322-234-20100830094837.pdf>>

SILVA, M. das G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social.** São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, S. Q. **Gestão social e sustentabilidade: um estudo de caso sobre a política pública de desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas.** Dissertação. Manaus: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas, 2011.

SEKIGUCHI, C. **Por uma política de governo compatível com as sustentabilidades éticas, sociocultural, política, econômica e ambiental: estudo de caso do Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo.** In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente.* Belém: Cejusp/UFPA-NEA, 1997.

SNUC. **Sistema Nacional de Unidades de conservação: texto da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e vetos da presidência da República ao PL aprovado pelo congresso Nacional.** IN: *Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica : série conservação e áreas protegidas*, 18- São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2000. 2ª edição ampliada. 76 p.; 21cm.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 15ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

APÊNDICE

Apêndice A

Instrumentais de Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ - REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA



PROJETO: Formas de Organização Sociopolítica em comunidades ribeirinhas na Amazônia: estudo de caso na comunidade de Nossa Senhora do Livramento na RDS do Tupé.

Formulário N^o _____ Pesquisador: _____ Data: __/__/__

IDENTIFICAÇÃO DAS INFORMANTES

I-IDENTIFICAÇÃO

1.1. Nome: _____

1.2. Sexo: 1.()M 2.()F

1.3. Idade

- | | | |
|-------------|-------------|------------------------|
| 1.() 20-24 | 4.() 35-39 | 7.() 50-54 |
| 2.() 25-29 | 5.() 40-44 | 8.() 55-59 |
| 3.() 30-34 | 6.() 45-49 | 9.() Acima de 60 anos |

1.4. Você se considera:

- | | | |
|-------------|---------------|--------------------------------|
| 1.() Índio | 3.() Branco | 5.() Nenhuma das alternativas |
| 2.() Negro | 4.() Mestiço | |

1.5. Estado Civil:

- | | | |
|------------------------|----------------------|---------------------|
| 1.() Solteiro (a) | 4.() Separado (a) | 7.() Outros: _____ |
| 2.() Casado (a) | 5.() Divorciado (a) | |
| 3.() União Consensual | 6.() Viúvo (a) | |

II- ESCOLARIDADE

2.1. Escolaridade:

- 2.1.1. Sabe ler () sim () não
2.1.2. Sabe escrever () sim () não () só o nome

2.2. Nível de formação:

- | | | |
|---|-------------------------------|----------------|
| 1.() Alfabetizado completo | 4.() Ensino médio incompleto | 7.() Superior |
| 2.() Fundamental incompleto outro: _____ | 5.() Ensino médio completo | 8.() |
| 3.() Fundamental completo | 6.() Superior incompleto | |

2.3. Ainda estuda?

- 1.() Sim 2.() Não

2.3.1. Tem vontade de estudar? 1.() Sim 2.() Não.

2.3.2. Por
quê? _____

III- NATURALIDADE

3.1. Onde a Sr. (a) nasceu?

1. () Na comunidade onde mora.
2. () Em Manaus
3. () Em outra comunidade de Manaus. Qual?

4. () Em outro município do estado do Amazonas. Qual?

5. () Em outro estado.
Qual? _____

3.2. Onde se criou? _____

Estado/País: _____

3.3. Há quantos anos vive na região/local?

- | | | |
|----------------------|-----------------------|---------------------|
| 1. () há 01 ano | 4. () de 8 a 11 anos | 7. () 17 à 20 anos |
| 2. () de 2 a 5 anos | 5. () 11 à 14 anos | 8. () 20 à 23 anos |
| 3. () 5 a 8 anos | 6. () 14 à 17 anos | 9. () acima de 30 |

3.4. Qual foi o último local que o Sr(a) morou antes de vim para cá? _____

IV- CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONOMICA

4.1. Qual a sua profissão?

- | | | |
|-----------------|-----------------------|--------|
| 1. () Pescador | 4. () Agricultor (a) | 7. () |
|-----------------|-----------------------|--------|
- Outra: _____
- | | |
|---------------------|--------------------------------|
| 2. () Artesão; | 5. () Agricultor/Pescador (a) |
| 3. () Extrativista | 6. () Coletor(a) |

4.2. Há quanto tempo desenvolve esta atividade?

- | | | |
|------------------------|--------------------|-------------------------|
| 1. () menos de 1 ano; | 3. () 1 a 2 anos | 5. () acima de 5 anos |
| 2. () 01 ano; | 4. () 2 a 5 anos; | 6. () acima de 10 anos |

4.3. Com quem a Sr. (a) aprendeu essa profissão?

- | | | |
|--------------------|-----------------------|--------|
| 1. () com os pais | 3. () com um parente | 5. () |
|--------------------|-----------------------|--------|
- outro _____
- | | |
|---------------------|----------------|
| 2. () com o esposo | 4. () sozinha |
|---------------------|----------------|

4.4. Tem outra atividade econômica para o sustento da família?

- | | | |
|------------|------------|-----------------|
| 1. () Não | 2. () Sim | 3. () As vezes |
|------------|------------|-----------------|

4.4.1. Qual(ais)? _____ 4.4.1.1.

Onde: _____

4.4.2 Em que época?

- 1.()seca 2.()vazante 3.()cheia 4.()Outra:_____

4.5. Qual a atividade principal para sustento da família?

- 1.()Pesca 3. Extrativismo 5. ()Outra:_____
- 2.()Agricultura 4. Artesanato

4.6. Qual a sua renda mensal com as atividades produtivas?

- 1.() até 1 s/m 4.() acima de 5 s/m
- 2.() de 1 a 2 s/m 5.() não tem renda, troca produtos/ mercadorias
- 3.() de 2 a 5 s/m

4.7. Quantas pessoas trabalham na sua casa?_____

4.8. De quem é a principal renda para o sustento da família? _____

4.9. Qual a renda familiar?_____

4.10. A criação da RDS do Tupé alterou as suas atividades produtivas?

1. () sim 2. () não

4.10.1. Se sim, qual?

1. () Pesca; 2.() Artesanato; 3.() Agricultura; 4.() caça
- 5.() Outra: _____

4.11. Que tipo de mudança?

V- ESTRUTURA FAMILIAR

5.1 N° de dependentes:

- 1.() 01 3.() de 3 a 4 5.() Acima de 6
- 2.() de 1 a 2 4.() de 5 a 6

5.2. Quantas pessoas moram na sua casa, além do Sr(a)?

- 1.() 01 3.() de 3 a 6
- 2.() de 1 a 2 4.() Acima de 6

5.3. Tem filhos? 1. () sim 2.() não.

5.3.1. Se sim, quantos?

- 1.() 01 4.() de 5 a 6
- 2.() de 1 a 2 5.() Acima de 6
- 3.() de 3 a 4

5.3.2. O Sr. tem filhos em idade escolar? (Até 14 Anos)

1.() Não 2.() Sim.

5.3.2.1. Se sim, seu(s) filho(s) (as) estuda(m)?

1.() Não 2.() Sim

5.3.2.1.1. Se sim, que série cursa(m)?

1. Nome	2. Série
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	

5.4. A Sr. (a). acompanha seu(s) filho(s) (as) nas atividades escolares? 1.() sim 2.() não

5.5. A Sr. (a) participa das reuniões escolares de seu(s) (uas) filho(s) (as)? 1.() sim 2.() não

5.6. Seu esposo/esposa ajuda nas atividades domésticas? 1.() sim 2.() não

VI- CONDIÇÕES DE MORADIA

6.1. A sua casa é própria? 1.() Sim 2.() Não

6.1.1. Em caso negativo, a quem pertence? _____

6.1.2. Em caso positivo. Tem documento da propriedade? 1.() Sim 2.() Não

6.1.3. Se sim, qual documento?

1.() Título definitivo

3.() Contrato de compra e venda

2.() Recibo de compra

4.()

Outro: _____

6.2. Quantos cômodos possui a sua casa?

1.() 01

4.() de 5 a 6

2.() de 1 a 2

5.() Acima de 6

3.() de 3 a 4

6.3. De que material a casa é feita?

1.() Madeira

4.() Palha

2.() Alvenaria

5.() Mista _____

3.() Barro

6.() Outro: _____

8.5. Como o(a) Sr.(a) começou a participar da entidade ou associação comunitária?

- 1. () Iniciativa própria
- 2. () Convite de membros da associação.

8.6. Após entrar na associação o(a) Sr.(a) realizou algum curso de capacitação comunitária ?

- 1. () Sim
- 2. () Não

8.6.1. Se sim, quais.

- 1. () Associativismo
- 2. () Lideranças
- 3. () Relações humanas
- 4. () Cooperativismo

8.7. O(a) Sr.(a) Possui interesse em realizar cursos de capacitação em liderança comunitária?

- 1. () Sim
- 2. () Não

8.7.1. Se sim. Qual o motivo ?

- 1- () Obter mais conhecimentos sobre o tema
- 2- () Gosta de participar desses tipos de curso
- 3- () Conhecer mais sobre liderança comunitária para atuar melhor como líder na comunidade
- 4- ()

Outros: _____

8.7.2 Quais os cursos?

- 1. () Associativismo
- 2. () Lideranças
- 3. () Relações humanas
- 4. () Cooperativismo

8.8. Para o Sr. (a) o que é associação?

- 1. () Forma de organização
- 2. () Agrupamento de pessoas para melhorar trabalho
- 3. () Lugar de união para melhorar renda
- 4. () Outros _____

8.9. Qual a importância da sua participação na associação ou entidade?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ - REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA



PROJETO: Formas de Organização Sociopolítica em comunidades ribeirinhas na Amazônia: estudo de caso na comunidade de Nossa Senhora do Livramento na RDS do Tupé.

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

1. O Sr. (a) já ouviu falar em Unidade Conservação?
2. O que Sr. (a) entende por Unidade de Conservação?
3. O Sr. (a) sabe o que é Reserva de Desenvolvimento Sustentável?
4. O Sr. (a) já ouviu falar da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé?
 - 4.1. Se sim, como?
 - 4.2. Sabe quando foi criada?
5. O Sr. (a) participou de alguma reunião ou foi consultado sobre criação da RDS do Tupé?
6. Quais as instituições que vieram a comunidade falar sobre RDS?
7. Houve alguma mudança na vida da comunidade com a criação da RDS?
8. O que mudou?
9. Os comunitários foram impedidos de realizar alguma atividade? Quais?
10. O Sr. concorda com essas proibições?
 - 10.1. Se sim ou não, explique
11. A criação da RDS trouxe algum benefício para a comunidade?
12. O Sr. (a) sabe o que é Plano de Manejo?

Explique

RELAÇÕES SÓCIO-CULTURAIS

13. Como é a vida em comunidade?
14. Como é o relacionamento entre os comunitários?
15. A comunidade realiza atividades coletivas? S N
16. Quais as atividades coletivas que existem na comunidade?
 - a) Ajuri
 - b) Puxirum
 - c) Mutirão
 - d) Se sim, como são organizados?
17. Nos últimos 6 anos em que mudaram as atividades de seu dia-a-dia?
18. Como aconteciam antes?
19. Como eram as frequências das reuniões da associação de moradores na comunidade antes da RDS? E hoje?
20. Quais são as festas e comemorações que acontecem na comunidade?

21. Como eram antigamente na época de seus pais?
22. Como acontecem agora?
23. Como é a o lazer e diversão na comunidade ?
24. Como aconteciam na comunidade antes da RDS? Como eram?
25. Quais as mudanças nessas atividades de lazer que Sr. observa que aconteceram?
26. Quais as principais formas de subsistência desenvolvida na comunidade nos últimos 6 anos ?
27. Como a comunidade mantém a produtividade?
28. Como é feito escoamento da produção?
29. Quais as religiões existentes na comunidade?
30. O Sr. pertence a alguma religião? Por quê?

ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA

31. Para o Sr. (a) o que é uma organização?
32. Como é a organização na comunidade?
33. Quais as formas de organizações que existem na comunidade?
34. Existe grupo de produção, associação, cooperativas, grupo de mulheres?
35. O Senhor sabe porque surgiram?
36. Faz parte de alguma organização? Qual?
37. Qual o nome da associação comunitária?
 - 37.1. Quando foi criada?
 - 37.2. Qual o objetivo?
 - 37.3. É reconhecida legalmente?
 - 37.4. Possui quantos membros
 - 37.5. Como e/ou quando se reuni?
 - 37.6. Há participação ativa dos membros (sócios)?
 - 37.6.1. Se não há, por quê?
38. Como é a atual liderança?
39. Como era antes da RDS a forma de organização da convivência comunitária?
40. Quais os principais problemas enfrentados na organização da comunidade?

Apêndice B

Registro Fotográfico



Foto 01: Frente do Posto de Saúde da Comunidade



Foto 02: Frente da Igreja Católica de Nossa Senhora do Livramento



Foto 03: Porto Flutuante de embarque e desembarque da comunidade



Foto 04: Centro Comunitário



Foto 05: Bolsista realizando visita domiciliar para aplicação do formulário.



Foto 06: Lideranças Comunitárias



Foto 07: Artesanato feito por comunitário



Foto 08: Placa de sinalização da Unidade de Conservação Municipal



Foto 09: Frente da Comunidade

Apêndice C

Trabalhos aprovados em eventos

Título do Trabalho	Evento	Data	Local
Organização Sociopolítica e Questão Ambiental: um estudo de caso da comunidade de Nossa Senhora do Livramento na RDS do Tupé	II Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – II SICASA	25 a 28 de junho de 2012	Manaus-AM
Organização sociopolítica em uma APA: estudo de caso dos aquaviários da COOP-ACAMDAAF na Marina do David-Manaus-AM	II Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – II SICASA	25 a 28 de junho de 2012	Manaus-AM
Cooperativas como alternativas de renda e trabalho: um estudo de caso sobre a organização sociopolítica da COOP-ACAMDAAF na Marina do David/AM	7º Encontro Nacional de Política Social	27 a 29 de junho 2012	Vitória-ES
“Condicionantes Socioambientais da RDS do Tupé na organização sociocultural e política da Comunidade Nossa Senhora do Livramento/AM”	I Seminário Internacional de Questões Socioambientais e Sustentabilidade na Amazônia	22 a 24 de agosto de 2012	Manaus-AM
A questão socioambiental na organização sociopolítica e cultural das comunidades ribeirinhas na Amazônia	XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social	04 a 09 de novembro de 2012	Juiz de Fora - MG

ANEXOS

Anexo A

Aceites de Trabalhos



**Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Ciências Humanas e Letras
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia**

Manaus, 20 de Julho de 2012

À: Itaciara Prestes da Silva, Débora Cristina Bandeira Rodrigues e Janilse Trindade do Nascimento

A comissão científica do I Seminário Internacional de Questões Socioambientais e Sustentabilidade na Amazônia tem a grata satisfação de informar que o trabalho intitulado **“Condicionantes Socioambientais da RDS do Tupé na organização sociocultural e política da Comunidade Nossa Senhora do Livramento/AM”** foi **ACEITO** para apresentação nesse evento na modalidade **Comunicação Oral**. Lembramos que para assegurar a inclusão das Comunicações Orais nos Anais do Seminário, o autor terá o prazo até 10 de Agosto de 2012 para efetuar o pagamento de sua inscrição. E esta mesma data é o prazo para os(as) autores(as) enviarem o trabalho completo de no máximo 10 laudas, obedecendo ao formato disponibilizado no Edital do Seminário (<http://www.ppgss.ufam.edu.br/seminario-internacional->).

Outrossim, informamos que em breve estará disponibilizada na página do PPGSS a lista completa dos trabalhos aceitos.

Antecipadamente agradecemos sua valiosa contribuição ao evento.

Atenciosamente

Yoshiko Sasaki
Coordenadora da Comissão Científica



Manaus, 10 de maio de 2012.

Prezado (a) Senhor (a),

Débora C. B. Rodrigues; Itaciara P. da Silva; Julia L. R. Coutinho; Janilse T. do Nascimento

Gostaríamos de renovar os nossos sinceros agradecimentos pelo fato de ter submetido um trabalho no II Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – II SICASA. O seu trabalho foi enviado para dois avaliadores, o processo decorreu com todo o cuidado que este tipo de tramitação exige.

Temos o prazer de informá-lo(a) que o resumo, **Organização Sociopolítica e Questão Ambiental: um estudo de caso da comunidade de Nossa Senhora do Livramento na RDS do Tupé**, teve parecer favorável à aceitação do mesmo. No entanto, fique atento as observações dos avaliadores. Alguns resumos necessitam retornar para análise do avaliador até o dia 14/05 para que o mesmo receba o aceite final. Enviamos os comentários dos avaliadores e solicitamos que a versão completa do seu artigo (corrigida) seja enviada impreterivelmente até o dia 10/06/2012.

Atenciosamente,

Prof. Henrique Pereira
Coordenador II SICASA

Profa. Vilma Araújo
Secretaria Geral II SICASA

Prof. Guillaume Marchand
Comitê Científico II SICASA



Itaciara Prestes da Silva, Francileide Moreira Lima Bindá

A Comissão Organizadora do **XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social** tem a honra de informar que o trabalho **A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NA ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E CULTURAL DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA** cadastrado sob o código **000983** foi aprovado para a apresentação **ORAL** durante o **XIII ENPESS**.

Cada trabalho terá até **10 minutos** para apresentação e na sala estarão disponíveis os seguintes equipamentos: microcomputador e projetor multimídia.

É fundamental que o autor/apresentador permaneça na sala durante toda a sessão para que possa participar do debate que acontecerá ao final.

Informamos ainda que, para que seja confirmada a apresentação do trabalho e sua publicação nos anais, pelo menos um dos autores deverá estar inscrito no **XIII ENPESS** até **25 de setembro de 2012**. Após esta data, a secretaria executiva do **XIII ENPESS** irá conferir a inscrição dos autores e os trabalhos que não tiverem inscrição não serão publicados.

Para maiores informações (45) 3025-2121 ou trabalhos@alvoeventos.com.br.

Atenciosamente,

Comissão organizadora XIII ENPESS